



**AUTO - AVALIAÇÃO DAS CAPACIDADES NACIONAIS PARA A
GESTÃO GLOBAL AMBIENTAL (NCSA - GEM)**

**RELATÓRIO DE TRANVERSALIDADE E SINERGIA ENTRE AS TRÊS
CONVENÇÕES DE RIO (CCD, CBD, CCC).**



**Documento Final
PRAIA, Abril de 2007**

**Elaborado pelos Consultores:
Charles Yvon Rocha; Sónia Elsy Merino; Arlinda Duarte Neves.**

Agradecimentos

Concluindo esta fase do processo NCSA, os Consultores queiram exprimir os seus profundos agradecimentos a todos quantos contribuíram e apoiaram na finalização deste documento.

Em primeiro lugar, a todos os actores e parceiros que participaram activamente e duma forma dinâmica nos ateliers e jornadas.

Em segundo lugar, ao Dr. Adylson Sousa da DGA, e ao Eng. Adama Daou do GEF / SNU, pela colaboração e orientação técnica dispensadas e pela franca amizade.

Ao Sistema das Nações Unidas e a Direcção Geral do Ambiente os melhores agradecimentos pela oportunidade e atenção dispensada.

INDICE

RESUMO EXECUTIVO

PREAMBULO

- Contexto
- Objectivos
- Abordagem

I. APRESENTAÇÃO DAS CONVENÇÕES DO RIO

I.1. PERTINÊNCIA DAS CONVENÇÕES

I.2. AS CONVENÇÕES DO RIO

I.3. IMPLEMENTAÇÃO DAS CONVENÇÕES DO RIO EM CABO VERDE

I.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUA IMPLEMENTAÇÃO

II. A POLITICA AMBIENTAL NACIONAL E AS CONVENÇÕES DO RIO

II. 1. AS DISPOSIÇÕES DAS CONVENÇÕES DE RIO NA POLÍTICA AMBIENTAL NACIONAL

II. 2. O PLANO DE ACÇÃO NACIONAL PARA O AMBIENTE E AS CONVENÇÕES DE RIO

II. 3. A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONVENÇÕES DO RIO EM CABO VERDE

- Forças e fraquezas
- Pontos comuns: Um desafio, três dimensões.
- Partenariado

III. NECESSIDADES DE REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONVENÇÕES DO RIO

III. 1. NECESSIDADES ESPECÍFICAS PARA CADA CONVENÇÃO

III. 1.1. NECESSIDADES EM REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CCC

III. 1.2. NECESSIDADES EM REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CBD

III. 1.3. NECESSIDADES EM REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CCD

III. 2. NECESSIDADES DE REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO CONJUNTA DAS CONVENÇÕES DO RIO

III. 2.1. NIVEL INDIVIDUAL

III. 2.2. NIVEL INSTITUCIONAL

III. 2.3. NIVEL SISTÉMICO

IV. LINHAS / QUESTÕES PRIORITARIAS DE REFORÇO DAS CAPACIDADES EM GESTÃO AMBIENTAL GLOBAL

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

BIBLIOGRAFIA

Lista dos quadros e matrizes

Nº	Título	Página
----	--------	--------

Quadros

1	Problemas ambientais prioritários em Cabo Verde	26
2	Pontos fortes e pontos fracos das convenções do Rio	27
3	Pontos fortes e pontos fracos das convenções do Rio ao nível nacional	29
4	Instituições chave na implementação das convenções do Rio	31
5	Resumo das Orientações Estratégicas da Política Ambiental PANA Estratégico, 2002	79
6	Resumo das Orientações Estratégicas da Política Ambiental PANA II Vo. I, 2004	80
7	Eixos de orientação prioritários no domínio das convenções do Rio	81

Matrizes

1	Identificação das forças, constrangimentos e necessidades prioritárias de capacitação ao nível individual, institucional e sistémico e, as oportunidades prioritárias para estabelecer, ligações e sinergias entre as convenções do RIO	61
2	Eixos de Convergência entre as três Convenções do Rio	73

Resumo Executivo

- **Este relatório refere a avaliação transversal e estabelecimento de sinergias entre as três Convenções do Rio (CCD, CD, CCC), no âmbito da Autoavaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Ambiental Global. Mostrando-se necessário ultrapassar as políticas e traduzir essas políticas em acções práticas e concretas, principalmente em acções de capacitação em gestão ambiental foi elaborado e apresentado para financiamento o projecto NCSA-GEM para reforçar as capacidades nacionais em termos individuais, institucionais e sistémico, nos domínios prioritários das Convenções Internacionais de Rio e, conseqüentemente reforçar a implementação do PANA II enquanto instrumento estratégico da política nacional para a gestão do ambiente.**

- **Os desafios do Ambiente Mundial mobilizam, desde há varias décadas, a comunidade internacional. A iniciativa condutora da estratégia de luta da comunidade internacional apareceu sob forma de Desenvolvimento Durável, lançado em Estocolmo em 1972, e confirmado na Conferência de Rio em 1992, através do consenso à volta dos princípios, recomendações e acções da Agenda 21 e, sobretudo das Convenções Internacionais, como nova abordagem da problemática do ambiente mundial.** Para confirmar a sua participação na luta contra as ameaças ambientais planetários, Cabo Verde ratificou as principais convenções internacionais e comprometeu se a implementa-las através de estratégias e planos de acção. A ligação entre a Gestão Ambiental Global e o Desenvolvimento Durável é capital para um país como Cabo Verde. Os “cenários” de desenvolvimento humano e económico, tendo em conta a vulnerabilidade ambiental e no contexto de um pequeno estado insular em desenvolvimento (SIDS), devem ser bem avaliados e implementados com uma visão estratégica integrada, sinérgica e de longo prazo.

- **Este trabalho teve como principal objectivo identificar as forças, constrangimentos e as necessidades prioritárias em matéria de reforço das capacidades do sistema nacional de gestão ambiental aos 3 níveis, assim como as oportunidades que potenciam as ligações e sinergias entre as três Convenções do Rio.** Foram também identificadas questões de reforço das capacidades que são comuns e necessárias para a Gestão do Ambiente Mundial, visando integrar os acordos ambientais multilaterais (MEA, Convenções do Rio) nos documentos de planificação estratégica e orçamental (ODM, DSCR, SMDD, PANA, PND).

- **Este documento é o resultado das actividades da FASE IV do processo de implementação do NCSA em Cabo Verde.** Este processo envolve 5 fases chave: o lançamento do processo (Fase I), o diagnóstico da situação ambiental, (Fase II), a elaboração dos perfis temáticos (Fase III), a análise intersectorial (Fase IV), e a elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção – NCSA (Fase V).

- **De acordo com a metodologia e orientações do projecto NCSA este documento é o resultado da 2ª actividade, de análise dos pontos de convergência e ligações sinérgicas existentes entre as 3 convenções de Rio.** Tendo como ponto de partida a elaboração dos perfis temáticos CBD, CCC e CCD. A abordagem utilizada foi a análise de toda a documentação existente sobre as três Convenções (CCD, CBD; CCC) e Gestão Ambiental, realização de

entrevistas e a recolha de informações através da realização de jornadas e ateliers a nível de alguns municípios – chaves. Os consultores animaram algumas sessões de trabalho, três (3) jornadas, mesas redondas regionais no Tarrafal, em S.Domingos (Santiago) e no Mindelo (S. Vicente) e dois ateliers nacionais Mindelo - S. Vicente (8 e 9 de Fevereiro 2007) e Praia – Santiago (01 de Março 2007) para aprofundar o entendimento das questões ligadas aos perfis temáticos e avaliar as necessidades prioritárias de reforço das capacidades nacionais no quadro das três Convenções (CCD, CBD,CCC) e da Gestão Ambiental. As sessões de trabalho foram realizadas com responsáveis de instituições públicas, privadas e ONGs, estruturas directamente envolvidas nas questões do ambiente.

Os ateliers incluíram diferentes actores, parceiros técnicos e financeiros tais como representantes da administração central, do poder local, do sector privado e da sociedade civil.

- **Nesta fase IV**, identificou-se um conjunto de necessidades de reforço das capacidades a nível de cada Convenção específica. De seguida, a análise focalizou, de acordo com o processo NCSA, as questões de reforço das capacidades intersectoriais comuns as três Convenções do Rio. Identificou-se ainda actividades habilitantes de integração entre os sectores de intervenção das 3C e as sinergias para a implementação das Convenções. Os resultados desta fase são a base para o arranque da fase V, que visa a elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção NCSA. As possíveis linhas de orientação são:

- Gestão (integrada) dos RN
- Reforço das Capacidades para a GI - RN
- Investigação para a GI-RN

- **Concluindo este trabalho, no âmbito da fase IV, recomenda-se para:**

- Proceder a uma revisão dos documentos de política e estratégia nacional do desenvolvimento e do ambiente, para sua integração numa ESTRATEGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL;
- Implementar uma Estratégia de Mobilização de fundos, para garantir em primeiro lugar a durabilidade do processo NCSA em Cabo Verde, e em segundo lugar a sustentabilidade das instituições nacionais para a implementação da política de Gestão Ambiental;
- Implementar uma Estratégia de Comunicação NCSA, para apoiar o desenvolvimento de uma estratégia de IEC em gestão ambiental;

Reforçar o actual SIA para sua transformação num verdadeiro Sistema Nacional de Gestão Ambiental, enquanto instrumento estratégico de ordenamento do território, apoio à decisão, planificação do desenvolvimento económico visando a conservação e utilização durável dos recursos naturais

SIGLAS E ABREVIATURAS

CCD	Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação
CBD	Convenção das Nações Unidas Sobre a Biodiversidade
CCC	Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
COP	Conferencia das Partes País
NCSA - GEM	Auto - Avaliação das capacidades nacionais para a gestão global do ambiente
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
SEPA	Secretariado Executivo para o Ambiente
DGA	Direcção Geral do Ambiente
CNA	Conselho Nacional para o Ambiente
DGASP	Direcção Geral da Agricultura Silvicultura e Pecuária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
GEF (FAM)	Global Environment Facility (Fundo para o Ambiente Mundial)
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
MEA	Milennium Ecosystem Assessment
NEPAD	Novo Partenariado para o Desenvolvimento da África
GPO/GPR	Gestão por Objectivos / Gestão por Resultados
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
GOP	Grandes Opções do Plano
PAN-CCD	Plano de Acção Nacional – CCD
EPAN-CBD	Estratégia e Plano de Acção Nacional - CBD
EPAN-MC	Estratégia e Plano de Acção Nacional – MC
EPAN-SA	Estratégia e Plano de Acção Nacional – Segurança Alimentar
PANA II	II Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PAIS	Plano Ambiental Inter-Sectorial
PAM	Plano Ambiental Municipal
DD	Desenvolvimento Durável
DSCRIP	Documento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza.
MC	Mudanças Climáticas
S & A	Seguimento e Avaliação
ROSELT	Réseau d'Observation e de Suivi Ecologique à Long Terme
SID	Sistema de Informação sobre a Desertificação
SIG	Sistema de Informação Geográfico
GRN	Gestão dos Recursos Naturais
IEC	Informação, Educação e Comunicação

SIA	Sistema de Informação para o Ambiente
LCD	Luta contra a Desertificação
CSA	Conservação Solos e Água
LCP	Luta contra a Pobreza
PF	Pontos Focais
PMLCD	Programa Municipal de Luta contra a Desertificação
AGR	Actividades Geradores de Rendimentos
SIDS	Pequenos Estados Insular em Desenvolvimento
MEA	Acordos Multilaterais para Ambiente
AOSIS	Aliança dos Pequenos Estados Insulares
GEE	Gases com efeito de Estufa
INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos
CNI	Comunicação Nacional Inicial
SCN	Segunda Comunicação Nacional
OMM	Organização Meteorológica Mundial
MDL	Mecanismo do Desenvolvimento Limpo
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
SNU	Sistema das Nações Unidas
MCA	Milenium Challenge Account
DGC	Direcção Geral de Comércio
NOAA	National Oceanographic and Atmospheric Administration
IWDG	Irish Whale and Dolphin Group
MCI/DGCI	Min. (Direcção geral) da cooperação internacional
DMAA	Delegação do Ministério de Agricultura e Ambiente
DGASP	Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGOT	Direcção Geral do Ordenamento do Território
DGT	Direcção de Turismo
CUS -BD	Conservação e utilização sustentável da biodiversidade
CM	Câmara Municipal
CITES	Convenção Internacional para o Comercio de Espécies da Flora e Fauna Selvagem
BD	Biodiversidade
RAMSAR	Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (Ramsar)
LBA	Lei de Base do Ambiente
PNGRP	Plano Nacional de Gestão das Pescas
PGIPE	Projecto gestão integrada e participativa de ecossistemas

PRCM	Programa Regional Conservação da Zona Costeira e Meio Marinho da Africa Ocidental
PCMC	Projecto Conservação Marinha e Costeira
INFARMA	Laboratórios INFARMA, Industria Farmacêutica SARL
ISECMAR	Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar
INDP	Instituto Nacional para o Desenvolvimento das Pescas
OVM	Organismos Vivos Modificados
IUCN	União Mundial para a Natureza
FIBA	Fundação Internacional do Banco de Arguin
WI	Wetland International
UNOTUR	União nacional de operadores turísticos
RN	Recursos naturais
SGAE	Sistema de gestão ambiental empresarial
EIA	Estudos de impacto ambiental
AMP	Area Marinha Protegida
ETMA	Equipas técnicas municipais ambientais

PREAMBULO

Contexto

- Os desafios do Ambiente Mundial mobilizam, desde há varias décadas, a comunidade internacional. A iniciativa condutora da estratégia de luta da comunidade internacional apareceu sob forma de Desenvolvimento Durável, lançado em Estocolmo em 1972, e confirmado na Conferência de Rio em 1992, através do consenso à volta dos princípios, recomendações e acções da *Agenda 21* e, sobretudo das Convenções Internacionais, como nova abordagem da problemática do ambiente mundial.

Cabo Verde, para confirmar a sua participação na luta contra as ameaças ambientais planetários, ratificou as principais convenções internacionais e comprometeu se a implementa-las através de estratégias e planos de acção.

A ligação entre a Gestão Ambiental Global e o Desenvolvimento Durável é capital para um país como Cabo Verde. Os “cenários” de desenvolvimento humano e económico, tendo em conta a vulnerabilidade ambiental e no contexto de um pequeno estado insular em desenvolvimento (SIDS), devem ser bem avaliados e implementados com uma visão estratégica integrada, sinérgica e de longo prazo.

- É necessário ultrapassar as políticas e traduzir essas políticas em acções práticas e concretas, principalmente em acções de capacitação em gestão ambiental, é assim que surge o projecto NCSA-GEM para reforçar as capacidades nacionais em termos individuais, institucionais e sistémico, nos domínios prioritários das Convenções Internacionais de Rio e, conseqüentemente reforçar a implementação do PANA II enquanto instrumento nacional para a gestão do ambiente.

- A implementação das Convenções Internacionais do Rio revela muitas interacções, semelhanças e intersecções. A sua compreensão e apreensão através de uma abordagem coordenada são susceptíveis de melhorar a eficácia e eficiência. As ligações existentes entre as convenções devem ser entendidas como oportunidades favorecendo a implementação de acções concretas. A implementação das obrigações ou engajamentos das convenções necessita fortes capacidades nacionais e locais de acordo com a importância dos seus objectivos. As Convenções Internacionais já foram implantadas em Cabo Verde há vários anos; no entanto, o problema da coordenação das suas implementações quer separada ou sinérgica não teve ainda solução.

Portanto, convém fazer:

1. Uma análise temática e transversal dos pontos fortes e dos pontos fracos da implementação das Convenções Internacionais de Rio;
2. Uma avaliação das necessidades de reforço das capacidades nacionais para implementação integrada e sinérgica das Convenções de Rio (CCD, CBD, CCC);
3. Uma avaliação das necessidades prioritárias de reforço das capacidades nacionais em Gestão Ambiental Global

- Neste contexto, o projecto NCSA - GEM, que traduz a vontade do Governo Caboverdiano em dar uma importância particular ao reforço das capacidades nacionais, constitui uma oportunidade estratégica para Cabo Verde, com o apoio do PNUD - GEF, para reforçar duradouramente as suas capacidades nacionais para a implementação integrada e sinérgica das três (3) Convenções Internacionais de Rio (CCD, CBD,

CCC), no âmbito duma estratégia e plano de acção para a Gestão Global Ambiental em Cabo Verde.

Objectivos

- O Objectivo principal do presente estudo é de *“identificar e integrar todas as questões transversais e acções prioritárias e sinérgicas de reforço das capacidades nacionais ligadas a Gestão do Ambiente em Cabo Verde, no âmbito das Convenções Internacionais de Rio”*.

- O presente estudo resulta de todo um processo desenvolvido, de acordo com os Termos de Referencia da Equipa dos Consultores do NCSA, ou seja:

- Identificação, análise e compilação de todos os documentos relevantes e relacionados às Convenções de Rio, Gestão do Ambiente e as opções de desenvolvimento sustentado em Cabo Verde;
- Identificação das prioridades estabelecidas, os constrangimentos e as necessidades em termos de reforço das capacidades nacionais para implementação das Convenções de Rio e Gestão Ambiental Global;
- Organização de reuniões técnicas com intervenientes - chave que participaram no processo de implementação das Convenções de Rio e na Gestão do Ambiente.
- Participação e animação de ateliers regionais e nacionais participativos e de dialogo inter – activo sobre as Temáticas das Convenções de Rio e acções prioritárias de reforço das capacidades nacionais e locais para a Gestão Ambiental;
- Produção dos Relatórios Temáticos e de Transversalidade das Convenções de Rio (CCD, CBD, CCC).

Abordagem metodológica

- De acordo com a metodologia e orientações do projecto NCSA este documento é o resultado da 2ª actividade, de análise dos pontos de convergência e ligações sinérgicas existentes entre as 3 convenções de Rio. Tendo como ponto de partida a elaboração dos perfis temáticos CBD, CCC e CCD.

- A abordagem utilizada foi a análise de toda a documentação existente sobre as três Convenções (CCD, CBD; CCC) e Gestão Ambiental.

- A realização de entrevistas e a recolha de informações através da realização de jornadas e ateliers a nível de alguns municípios – chaves: os consultores animaram algumas sessões de trabalho, três (3) jornadas – mesa redonda regionais no Tarrafal, em S. Domingos (Santiago) e no Mindelo (S. Vicente) e dois ateliers nacionais Mindelo - S.

Vicente 8 e 9 de Fevereiro 2007) e Praia – Santiago (01 de Março 2007) para aprofundar o entendimento das questões ligadas aos perfis temáticos e avaliar as necessidades prioritárias de reforço das capacidades nacionais no quadro das três Convenções (CCD, CBD, CCC) e no âmbito da Gestão Ambiental.

- As sessões de trabalho foram realizadas com responsáveis de instituições públicas, privadas e ONGs, estruturas directamente envolvidas nas questões de ambiente.

Os ateliers incluíram diferentes actores e parceiros técnicos e financeiros tais como representantes da administração central, do poder local, do sector privado e da sociedade civil.

- Os Relatórios dos ateliers realizados como a lista dos participantes encontram-se em anexo.

I. APRESENTAÇÃO DAS CONVENÇÕES DO RIO

Relativamente a este capítulo, foram elaborados, de uma forma mais aprofundada e explícita, os Perfis Temáticos das Convenções de Rio, nesta parte será apresentada uma descrição sucinta das referidas Convenções, a sua pertinência e algumas considerações no que concerne as medidas ao nível nacional e internacional no âmbito das suas implementações.

I.1. Pertinência das Convenções

Como instrumentos da implementação dos objectivos da Agenda 21, da Cimeira da Terra (Rio de Janeiro de 1992), as convenções sobre biodiversidade (CBD), mudanças climáticas (CCC) e desertificação (CCD) promovem, facilitam o desenvolvimento das dinâmicas nacionais e globais do processo de desenvolvimento sustentável.

Cada uma das convenções representa por si elementos concretos do sistema ambiental global e respondem a uma específica problemática nomeadamente, à perda de espécies e habitats naturais, às mudanças climáticas resultantes do aquecimento global e, ao conseqüente avanço, cada vez mais acelerado, do processo mundial das secas e da degradação das terras. Tudo isto, em última instância, reflectindo-se negativamente no desenvolvimento humano, ameaçando as economias nacionais, a segurança alimentar e pondo em risco a justiça social e equidade entre povos e nações. Conseqüentemente, as três convenções de Rio, tem como fim último contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

As três Convenções abordam diferentes aspectos da interacção entre os sistemas humanos e naturais. Esses sistemas, e os processos físicos da biodiversidade, mudanças climáticas e desertificação, estão intimamente interligados representando variados e diferentes aspectos do mesmo desafio: como assegurar **a exploração e gestão sustentável dos recursos naturais**.

Por exemplo, as mudanças climáticas afectam a terra através da influência que exercem sobre as fontes de água potável, picos de calor, humidade e temperatura dos solos e produção agrícola; constituem também uma ameaça à biodiversidade na terra e no mar.

À medida que as zonas climáticas forem se deslocando, os ecossistemas sofrerão perturbações e as espécies que não poderem emigrar ou adaptar-se, morrerão. Simultaneamente, a biodiversidade e desertificação estão também interligadas. A desertificação/degradação das terras afecta a produtividade agrícola, a vegetação natural, a vida selvagem e os solos. A perda de biodiversidade torna a terra mais vulnerável as pressões humanas e naturais.

Para Cabo Verde, nação de natureza oceânica e insular, situada ao nível do mar, e pertencendo a região do Sahel, é mais que pertinente uma visão integrada e sinérgica de implementação das Convenções. O mar é fonte principal de proteína animal, as escassas terras agrícolas proporcionam complementos alimentares, esses recursos naturais constituem meio de subsistência e emprego para as populações locais.

Considerando que a biodiversidade de Cabo Verde sem duvida é um dos pilares estratégicos de sustentação da política económica actual baseada no turismo, e tendo em conta que as zonas costeiras, constituem ecossistemas muito vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas e degradação/erosão, mas que por sinal são as zonas mais populosas e com potencial económico mais importante, é mais que pertinente estabelecer convergências e identificar acções que ligam e potenciam a implementação das três convenções de RIO.

As mudanças climáticas, directamente terão efeito e estão já a mudar drasticamente a temperatura das águas oceânicas, o que directamente afectará a distribuição actual das espécies existentes no ambiente marinho, que terão que se deslocar para zonas mais apropriadas. Um processo de readaptação das populações marinhas as novas condições de temperatura e ambiente, reflectir-se-á ademais na quantidade, no volume de peixe produzido, tanto em numero de espécies como de biomassa total, o que poderá se reflectir numa diminuição das capturas totais do sector pesqueiro, com as suas implicações económicas. É de sublinhar o potencial turístico da biodiversidade emblemática de Cabo Verde, as tartarugas, baleias e golfinhos, como forte atracção turística ainda não exploradas de forma sistemática e efectiva. Assim sendo existe razões mais que suficientes para uma visão ambiental integrada e sinérgica, que potencie e agilize a implementação nacional das três convenções de Rio.

No entanto esses assuntos podem ser abordados sinérgicamente através de soluções comuns que também promovem o desenvolvimento sustentável: por exemplo, o combate à desertificação reduz a emissão global de dióxido de carbono, a degradação das terras e a perda de biodiversidade.

I.2. As Convenções de Rio

A Convenção Sobre Diversidade Biológica:

Procura proteger a riqueza da vida, incluindo genes, espécies e ecossistemas. A Biodiversidade providencia bens e serviços, desde materiais de construção, alimentos, água que podem aliviar a pobreza.

A biodiversidade de Cabo Verde deve ser valorizada e sua protecção e conservação repensada e enquadrada de forma holística, ela representando muito mais que um aglomerado de espécies e habitats. Os elementos da biodiversidade tanto terrestre como marinha, os animais, plantas e a paisagem natural para além de proporcionar alimento, emprego, zonas de lazer etc., possuem um grande potencial económico ainda por

explorar. A rica diversidade biológica deste arquipélago se gerida de forma sustentável poderá proporcionar mais oportunidades de emprego e riqueza económica.

A rica biodiversidade emblemática em espécies migratórias (tartarugas marinhas, cetáceos, mantas e raias, aves etc), é uma fonte potencial para uma estratégia de turismo sustentável. As altas taxas em endemismos tanto em terra como no mar são um importante sujeito de estudo tanto para a ciência e teoria da evolução, como para a descoberta de novas e inovadoras tecnologias.

O pool genético de Cabo Verde é rico em variabilidade possuindo grande valor para o desenvolvimento tecnológico mundial através da análise genética e a biotecnologia

Em termos gerais, a Análise Genética do Património Natural é um tema e uma actividade muito polémicas a nível internacional. Referem-se à transcrição, leitura e replicação de informação genética usando métodos e técnicas da Biologia Molecular. No sentido mais amplo, a **Biotecnologia** abrange desde a simples produção de queijo e iogurte até a produção industrial de anticorpos, bio - fármacos, assim como a criação de novas variedades, de espécies melhoradas de cultivo, com aplicação tanto na agricultura como no aquacultura (os famosos **transgénicos**). A **Biotecnologia** é um motor poderoso de desenvolvimento tecnológico, tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento. A matéria-prima usada na biotecnologia é a informação genética descodificada, que por sua vez, está contida nos organismos que formam parte do património natural. Deste modo, podemos dizer que o património natural (a biodiversidade) de um país contem uma matéria-prima valiosa, tal como é o caso de Cabo Verde

A **Biotecnologia** pode ser aplicada em diversas áreas da indústria, tais como agricultura, aquacultura, indústria alimentar, energia, renovação da qualidade do ambiente (**bio-remediação**), saúde, etc.

Em termos práticos a identificação de **princípios activos** (enzimas, metabolitos secundários, etc.) pode levar à descoberta de potenciais medicamentos para curar doenças fatais como cancro, SIDA, etc. Na agricultura e aquacultura o conceito é conhecido como **Germoplasma**. Neste caso, o objectivo é descobrir características de resistência em espécies de plantas e animais locais, que possam ser transferidas para espécies cultivadas, com o intuito de melhorar as propriedades das mesmas, tais como biomassa produzida em cativeiro, resistência às doenças, capacidade reprodutiva, taxas de crescimento, etc. A **Bioprospecção**, o primeiro passo em todo este processo, consistindo, basicamente, na colecta de organismos e na análise genética dos mesmos, à procura de propriedades e princípios activos que possam ter aplicação prática. A Bioprospecção e a sua aplicação biotecnológica no campo farmacêutico estão situadas entre os negócios mais rentáveis do mundo.

Desta maneira, podemos dizer que a **Bioprospecção**, como actividade geradora de valiosos rendimentos, tem conotações económicas e repercussões políticas. Os seus resultados e benefícios, quando distribuídos equitativamente, poderão proporcionar desenvolvimento nos mais variados campos: económico, social, cultural, ambiental e político, tanto para países em desenvolvimento (geralmente, detentores dos recursos genético) como para países desenvolvidos (detentores da tecnologia).

A comunidade internacional faz uso dos instrumentos desenvolvidos pela Convenção para:

- Colaborar na conservação e no uso sustentável dos ecossistemas, incluindo florestas, recursos hídricos, zonas marinhas e costeiras, terras secas e sub-húmidas, e terra agrícola;
- Gerir o acesso a valiosos recursos, pesqueiros, florestais, genéticos etc, e a partilha dos benefícios com os países de origem e com as comunidades locais e indígenas em bases justas e equitativas;
- Minimizar a disseminação e o impacto das espécies invasoras;
- Assegurar a transferência segura, manuseamento e o uso de organismos geneticamente modificados que possam ter um efeito adverso sobre a diversidade biológica, tomando em consideração os riscos para a saúde humana.

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

As Mudanças Climáticas foram reconhecidas pela primeira vez como um problema maior e de envergadura mundial em 1979, durante a primeira conferência climática organizada em Geneve pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). Nesta ocasião foi dado um alerta aos governos para que juntos lutassem para evitar que actividades de origem antrópica contribuíssem para aumentar a emissão de GEE, susceptível de pôr em perigo a Humanidade inteira.

Reconhecendo que as mudanças climáticas e seus efeitos adversos representam uma preocupação para a humanidade, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CCNUCC), foi aberta a assinatura em 1992, durante a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro.

O objectivo desta Convenção, tal como é estabelecida no art. 2 é de “estabilizar de acordo com disposições pertinentes da Convenção, as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera a níveis que acautelariam perturbações antrópicas malignas no sistema climático, de modo a atingir o nível estabelecido num espaço de tempo que favoreça a adaptação sistemática dos ecossistemas a possíveis mudanças climáticas, que a produção alimentar não seja posta em causa e que o desenvolvimento económico possa prosseguir de forma sustentável”.

A Convenção reconhece que o sistema climático é um recurso partilhado cuja estabilidade pode ser afectada por emissões industriais ou outras de dióxido de carbono e outros gases de retenção de calor, para tal os Governos usam a Convenção para:

- Recolher e partilhar informação sobre a emissão de gases com efeito de estufa, políticas nacionais e melhores práticas;
- Lançar estratégias nacionais para lidar com emissões de gás com efeito de estufa e adaptação aos impactos previstos;
- Limitar as emissões de gás com efeito de estufa, incluindo através da redução pelos países desenvolvidos nos próximos 10 anos;

- Reduzir os custos dos cortes nas emissões através de uma série de mecanismos especializados e a provisão de suporte financeiro e tecnológico aos países em desenvolvimento.

A Constituição da República de Cabo Verde consagra o direito do cidadão a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado, conferindo-lhe o dever de o defender e de o conservar. O Estado e os Municípios devem, portanto, assegurar a não violação desse direito.

A política ambiental de Cabo Verde exprime-se na seguinte visão estratégica (PANA II, 2003):

Por uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para desenvolvimento económico e social sustentável, convencida das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos naturais de maneira sustentável.

Cabo Verde ratificou a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas a 29 de Março de 1995, que entrou em vigor a 22 de Junho do mesmo ano.

Na condição de Parte Contratante da Convenção, Cabo Verde assumiu nesta data o compromisso de formular uma Comunicação Nacional à Conferência das Partes (CdP).

Em 2000 Cabo Verde apresentou a Primeira Comunicação Nacional bem como a Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre Mudanças Climáticas. Para a elaboração desses instrumentos, teve-se em conta os diversos estudos efectuados pelos diferentes sectores respeitantes a inventários dos GEE, análise de vulnerabilidade, adaptação e mitigação.

A Comunicação Nacional relata a realidade cabo-verdiana no que concerne ao seu processo de desenvolvimento sustentável, problemas de vulnerabilidade e possível adaptação, os procedimentos relacionados com a emissão dos GEE nos diversos sectores, projecta cenários de emissão, propõe políticas e medidas de atenuação, e analisa as necessidades técnicas e financeiras para o desenvolvimento e implementação do Plano Nacional de Mitigação.

De acordo com os resultados dos cálculos das emissões, tendo como base o ano 1995, o dióxido de carbono (CO₂), o monóxido de carbono (CO) e o metano (CH₄) são os mais predominantes.

A síntese dos resultados das emissões permite a repartição sectorial seguinte:

Cálculo das emissões dos GEE por sector - 1995

Emissão (Gg)	CO ₂	CH ₄	CO	N ₂ O	NO _x	E-CO ₂	%
Combustíveis fósseis	217,730	0,009	0,574	0,006	0,723	219,871	66,45
Biomassa *	27,383	0,391	4,107	0,003	0,076	37,992	11,46
Agricultura		1,817		0,004		39,419	11,91
Resíduos (sólidos + águas residuais)		1,465		0,010		33,689	10,18
Total de emissão	245,103	3,682	4,681	0,023	0,799	330,901	100

* Emissão líquida = queima de biomassa – captação de CO₂

Em 1995, Cabo Verde emitiu como resultado das actividades antrópicas um total global líquido de 330.901 toneladas equivalentes de CO₂ (ton.E - CO₂). As emissões de CO₂ representaram cerca de 74,1% desse total. Considerando a população na altura de 386.185 pessoas, cada cidadão cabo-verdiano emitiu em média cerca de 856,8kg E-CO₂, sendo 634,75kg de CO₂.

Por sua vez a Estratégia Nacional e o Plano de Acção Nacional sobre as Mudanças Climáticas definem as opções e estratégias de intervenção e apresentam um plano de acção com os respectivos projectos de atenuação e mitigação dos impactes das mudanças climáticas no país.

Mostrando-se necessário e urgente a participação de Cabo Verde no processo de luta contra os efeitos nefastos das alterações climáticas a nível local, regional e mundial, é evidente a necessidade de uma estratégia de mudança de abordagem no que concerne ao reforço das capacidades aos níveis sistémico, institucional e individual, de forma a proporcionar o envolvimento dos diferentes actores no processo de desenvolvimento sustentável do país bem como a implementação de acções que possam vir a contribuir para a mitigação desses mesmos efeitos.

A Convenção sobre o Combate a Desertificação:

- A CCD tem como objectivo: *“lutar contra a desertificação e diminuir os efeitos da seca nos países gravemente afectados pela seca e/ou desertificação, particularmente em África, graças às medidas eficazes adoptadas a todos os níveis, apoiados pelas disposições internacionais de cooperação e de parceria, no quadro de uma aproximação integrada, compatível com a Agenda 21, com vista a contribuir para a instauração de um desenvolvimento durável nas zonas afectadas.”* Ainda acrescenta que *“para atingir este objectivo, será preciso implementar nas zonas afectadas estratégias integradas a longo prazo, e orientadas simultaneamente, sobre a melhoria da produtividade das terras bem como sobre a restauração, conservação e gestão durável dos recursos terra e água e que conduzam a uma melhoria das condições de vida, principalmente ao nível das comunidades”*. (Artigo 2 / 2.1)

- A comunidade internacional reconhece hoje o fenómeno da desertificação como uma preocupação maior para vários países em todas as regiões do mundo, especificamente em zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, onde vivem e existem as comunidades e ecossistemas mais vulneráveis do mundo.

Estime-se que a desertificação engloba:

- Mais de 3,6 biliões de hectares da superfície mundial de terras áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas;
- 25% da área continental do mundo
- Quase 1 biliões de pessoas em mais de 100 países (dos quais 90 países em desenvolvimento), são todas afectadas pela perda de produtividade dos solos.
- Metade das populações as mais ameaçadas vivem na região do Sahel,

- Aprendendo do passado, a CCD procura criar uma nova parceria entre os países afectados e os doadores. Enfatiza a colaboração internacional, desenvolvimento de projectos participativos, sustentáveis e o reforço das capacidades de adaptação.

- Os Governos e a Sociedade Civil nos países Partes afectados e desenvolvidos fazem uso dos instrumentos da Convenção para:

- Implementar Programas de Acção Nacionais que foram desenvolvidos através de *processos consultivos*, da base ao topo, com as comunidades e colectividades locais;
- Colaborar e partilhar experiências, técnicas e melhores práticas com base nos anexos regionais da Convenção;
- Explorar novos canais e abordagens para a mobilização e encaminhamento de fundos para onde eles possam ser usados com maior eficácia;
- Disseminar informação e sugestões sobre processos e matérias científicas e tecnológicas ao mesmo tempo em que o conhecimento tradicional é capitalizado.

- A Luta contra a Desertificação em Cabo Verde

- Tal como nos outros países do Sahel, a seca ou défice de chuvas, a primeira causa da desertificação identificada pela população. Às acções nefastas da seca, devem-se adicionar às do homem, em Cabo Verde, essas acções traduzem-se essencialmente por:

- ✓ Uma desarborização devida a corte de lenha para a energia domestica;
- ✓ Uma pastagem excessiva por animais, em particular as cabras;
- ✓ Um uso inadequado das terras para fins agrícolas;
- ✓ Cultivos extensivos sem tratamentos preliminares nas encostas de forte declivo;

A principal consequência social da seca no meio rural é o aumento do desemprego e do êxodo rural. O fenómeno da desertificação manifesta-se em todo o país, de forma diferente e de acordo com as características físicas das ilhas do arquipélago: por exemplo, no Sal, Boa Vista e Maio, ilhas planas e arenosas, a desertificação manifesta-se, sobretudo pelo desaparecimento quase total do coberto vegetal e por erosão eólica intensiva. Nas outras ilhas, os efeitos combinados das características geomorfológicas e climáticas provocam um escoamento torrencial e uma erosão hídrica considerável.

Em Cabo Verde, existe o fenómeno da desertificação e a problemática da degradação das terras.

- A partir da independência (1975) os responsáveis cabo-verdianos deram ao **ordenamento do espaço rural uma dimensão nacional**. O estabelecimento de uma estratégia de reconquista da natureza está ligado a razões de ordem política, cultural e económica. O Governo pretendia reduzir a pobreza no meio rural criando empregos e diminuir o êxodo rural. Assim a maioria dos empregos ligados a luta anti erosiva, à restauração biológica e à gestão da água foi proporcionado pelas FAIMO (Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra). As acções de luta contra a desertificação são consideráveis e constituem um sucesso inegável no combate a desertificação. No entanto, foram apontados vários pontos fracos na maioria das anteriores acções de LCD, tais como:
 - ✓ Ausência de uma abordagem integrada e multi-sectorial;

- ✓ Falta de coordenação entre os projectos e o enquadramento institucional;
 - ✓ Insuficiência do seguimento - avaliação contínuo dos projectos;
 - ✓ Insuficiência do trabalho de pesquisa - desenvolvimento nos projectos.
- A “nova abordagem” da LCD à partir de 1995: Cabo Verde foi o primeiro país africano e o segundo no mundo que assinou e ratificou a Convenção de Luta contra a Desertificação. Isto demonstra a importância estratégica dada a referida Convenção num contexto inovador pelas autoridades cabo-verdianas, fazendo de Cabo Verde um país “chefe de fila” na sub - região africana. Consciente do fracasso dos métodos de intervenção preconizados no passado e tendo uma real vontade de fazer participar as populações nas políticas de desenvolvimento rural, o Governo cabo-verdiano adoptou uma estratégia que favorece a descentralização dos serviços técnicos e a privatização das actividades de produção e gestão dos recursos naturais, com uma desvinculação gradual do Estado. A *abordagem participativa* (*) que abre perspectivas para uma participação activa e responsável das populações e colectividades locais, e a nova metodologia de concepção, integração e gestão dos projectos de LCD, foram escolhidos como instrumentos privilegiados da nova estratégia de intervenção do Governo no âmbito da CCD.
- No contexto da política ambiental nacional e no âmbito da implementação da CCD foi elaborado um conjunto de Planos / Programas / Projectos Nacionais dos quais:
- O III PND (1992-1995) que reitera como prioridade, a protecção do meio ambiente.
 - O IV PND (1997-2000) e as Grandes Opções do Plano (GOP) que adopta como prioridade a implementação de uma política ambiental no Programa Global para o Ambiente Integrado.
 - O PANA I (1994-2005)
 - O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza – PNLP (1996-2008)
 - O Plano de Acção Florestal - PAFN (1994) que integra o Plano de Acção Florestal Tropical (PAFT)
 - **O PAN-LCD (Elaborado em 1998 e aprovado em 2000) é o instrumento para implementação da CCD em Cabo Verde**
 - O Programa do Governo, as GOP e o V PND 2001-2004: Dado a fragilidade e vulnerabilidade do país, o Governo reconhece que as actividades ligadas a conservação e protecção do ambiente devem ser enquadrados **num cenário de sistemas de gestão durável dos RN e do território.**
 - O PANA II (2004-2014)

(*) O conceito de Abordagem Participativa conheceu em Cabo Verde três grandes fases (*Fontes MAAA/SEPA – Guia Metodológico de implementação de projectos LCD*):

- De 1975 a 1985: Participação = Mão-de-obra remunerada
- De 1985 a 1990: Participação = Implicação das populações
- A partir de 1990: Participação = Responsabilização e parceria

- Dos indicadores de progresso em matéria de LCD e mitigação dos efeitos da seca, registam os seguintes passos, acções e resultados:
 - Melhoria dos rendimentos dos agricultores, em particular das zonas (sub-húmidas) altas;
 - Assunção pelos privados, em substituição do estado, da importação e multiplicação dos factores de produção no sector da agricultura e pecuária;
 - Introdução e assunção na engenharia rural, da planificação por bacias hidrográficas com envolvimento das associações comunitárias e produtores, e capacidade de desenvolver grandes obras de mobilização de águas de escoamento;
 - A lei dos solos e os planos de ordenamento do território das ilhas de Boavista, Maio e Sal vêm reforçar, em princípio, a política ambiental e de desenvolvimento sustentável preconizado pelo Governo;
 - As associações de agricultores e criadores de animais e associações comunitárias aumentaram de uma forma significativa;
 - Nove (9) planos directores integrados de bacias hidrográficas foram elaborados e seis (6) planos foram concluídos nas três ilhas mais agrícolas de Cabo Verde.
 - Os progressos na fruticultura são ilustrados pelas infra-estruturas de produção de plantas e de bancos de gemoplasma em diferentes ilhas e pela fixação de plantas em aproximadamente 1.150 ha (1997/2000);
 - A Superfície cultivada no regadio tem-se estabilizado entre 1.750 a 2000 há, para um potencial de 2.500 a 3000 ha. A situação em 2000 apontava para ocupação de 1.800, sendo 200 ha sob rega gota-gota;

I.3. Implementação actual das convenções: Quadro Político e Legislativo

O Documental Fundamental da Nação Cabo-verdiana que é a Constituição da Republica enfatiza o Ambiente e as suas componentes determinantes para o bem-estar das populações e comunidades nacionais e locais

Existe em Cabo Verde um contexto político jurídico favorável à implementação das três Convenções Internacionais (CCD, CBD, CC) e um conjunto de instrumentos estratégicos desenvolvidos no contexto dos processos individuais da sua implementação.

- Quadro legislativo e legal:
- A Constituição da Republica de Cabo Verde no seu Artigo 72º consagra a todos os cidadãos o direito ao ambiente saudável e ecologicamente equilibrado.
- Lei nº 86/IV/93, de 26 de Julho que define as Bases da Política do Ambiente
- Decreto - Legislativo n.º 14/97, de 1 de Julho que desenvolve as Bases da Política do Ambiente
- Decreto - Regulamentar n.º 7/2002 de 30 de Dezembro de 2003 Estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção

- Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro que estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas
- Decreto-Lei n.º 40/2003, de 27 de Setembro que Estabelece o regime jurídico da reserva natural de Santa Luzia
- Decreto-Lei n.º 5/2003, de 31 de Março que define o Sistema nacional de protecção do ar
- Decreto n.º 31/ 2003 de 1 de Setembro que Estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde humana
- Decreto-Lei n.º 6/2003, de 31 de Março que Estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras
- Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de Janeiro que Proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas Praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial.
- Lei de base do Ordenamento do Território (Lei nº 85/IV/93).
- Lei de base do “*código da água*” nº 41/II/84.
- Decreto - lei nº 75/99 define o regime jurídico da autorização ou concessão para utilização dos recursos naturais.
- Decreto legislativo nº 14/97 que estabelece as normas regulamentares para gerir e proteger o ambiente contra todas as formas de degradação.
- Lei nº 48/V/98 que regula a actividade florestal.
- Resolução nº 3/2000 que aprova a Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade.
- Resolução nº 4/2000 que aprova o Programa de Acção Nacional de Luta contra Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca.
- Decreto-lei nº 31/2003 sobre eliminação dos resíduos sólidos urbanos, industriais, hospitalares e outros.
- Decreto-lei nº 81/2005 de 5 de Dezembro que estabelece o Sistema de Informação Ambiental e o seu Regime Jurídico
- Resolução nº3/2005 de 21 de Fevereiro de 2005 que aprova o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca
- Decreto-lei n.º 53/2005 de 8 de Agosto que define os princípios gerais da política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos
- Decreto-lei nº 54/2005 de 22 de Agosto que regulamenta a actividade de Pesca Amadora nas águas sob jurisdição nacional
- Portaria nº 52/2005 de 19 de Setembro que aprova os modelos de licenças de pesca industrial para embarcações Nacionais e Estrangeiras
- Quadro Institucional e Organizacional
 - Ministério de Ambiente
 - Direcção Geral do Ambiente
 - Direcção Geral do Ordenamento do Território
 - Direcção Geral de Agricultura Silvicultura e Pecuária
 - Direcção Geral das Pescas
 - Direcção Geral de Turismo
 - Direcção Geral de Educação

- Direcção Geral de Cooperação Internacional
 - Direcção Geral do Planeamento
 - Direcção Geral de Saúde
 - Associação Nacional Dos Municípios de Cabo Verde
 - Serviço Nacional de Protecção Civil
 - Instituto Marítimo Portuário
 - Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos
 - Instituto Nacional de Meteorologia e geofísica
 - Instituto Nacional de Desenvolvimento agrícola
 - Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
 - Instituto Superior de Educação
 - Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar
 - Universidade Jean Piaget
 - Instituto Superior Isidoro da Graça (economia, gestão do turismo)
 - Conselho Nacional para o Ambiente (CNA)
 - ONC (Órgão Nacional de Coordenação da CCD) criada em 1995.
 - Comissão Parlamentar para a Protecção do Ambiente (Resolução da AN 91/IV/2004).
 - Plataforma das ONG's com OSC ligadas a protecção do Ambiente e Desenvolvimento comunitário.
-
- Ratificação de Convenções relacionadas com as Convenções do RIO (CBD, CCC, CCD)
-
- Convenção sobre Diversidade biológica, Assembleia Nacional: Resolução n.º 73/IV/94, de 20 de Outubro, aprovada em 29 de Março de 1995;
 - Convenção das Nações Unidas, Sobre o Direito do Mar, Assembleia nacional: Lei n.º 17/II/87, 3 de Agosto
 - Convenção do Comércio Internacional das espécies de Fauna e Flora Selvagens ameaçadas de extinção e Emenda ao artigo XXI adoptada em Gabão, 1983; Conselho de Ministros: Decreto n.º 1/2005, de 10 de Março, ratificada a 10 de Agosto de 2005
 - Regulamentação Comum/CILSS, Homologação de Pesticidas, Conselho de Ministros: Decreto n.º 5/2005, de 10 de Março
 - Protocolo de Cartagena sobre a segurança biológica à Convenção sobre diversidade biológica: **Protecção** no domínio da transferência, manipulação e utilização segura de organismos geneticamente modificados. Conselho de Ministros: Decreto n.º 9/2005, de 26 de Setembro
 - Convenção (RAMSAR), Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquática, Conselho de Ministros: Decreto n.º 4/2004, de 18 de Novembro, ratificada a 18 de Novembro de 2005.
 - Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, Assembleia Nacional: Resolução n.º 72/IV/94, de 20 de Outubro. Ratificada em 29 de Março de 1995;
 - Convenção de Viena referente a Protecção da Camada do Ozono, Conselho de Ministros: Decreto n.º 6/97, de 31 de Março. Aprovada 6 de Julho de 2001

- Protocolo de Montreal, Relativo às substâncias que empobrecem a camada do ozono, aprovada pelo Conselho de Ministros em Decreto n.º 5/97, de 31 de Março e ratificada em 6 de Julho de 2001;
- Protocolo de Kyoto – 2005
- Convenção Internacional sobre Co- operação, Preparação e Luta contra a Poluição por Hidrocarbonetos – 2001.
- Protocolo de Montreal: dec.Lei n.º 5/97 - 1997

- Convenção – Quadro de Combate as Mudança climática, Assembleia Nacional: Resolução n.º 72/IV/94, de 20 de Outubro. Ratificada em 29 de Maio de 1995;
- Convenção de Viena referente a Protecção da Camada do Ozono, Conselho de Ministros: Decreto n.º 6/97, de 31 de Março. Aprovada 6 de Julho de 2001
- Protocolo de Montreal, Relativo às substâncias que empobrecem a camada do ozono, aprovada pelo Conselho de Ministros em Decreto n.º 5/97, de 31 de Março e ratificada em 6 de Julho de 2001

- Convenção das Nações Unidas de Luta Contra a Desertificação, Assembleia Nacional: Resolução n.º 98/IV/95, ratificada em 8 de Março;

- Convenção sobre Protecção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais – Protocolo Água e Saúde
- Convenção Relativa à Organização Hidrológica Internacional
- Convenção sobre a Plataforma Continental
- Convenção sobre o Direito do Mar
- Convenção sobre o Direito do Mar - Acordo sobre a Conservação e Gestão de Espécies Piscícolas Transzonais Altamente Migratórias
- Convenção sobre o Mar Alto

- Estratégias e Planos de Acção Nacionais específicos e/ou comuns as três Convenção de RIO (3C)

Planos estratégicos e respectivo horizonte temporal

<i>Planos e programas</i>	<i>Período</i>
Planos globais	
Grandes Opções do Plano (GOPs)	2002-2005
Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	2002-2005
Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (ECRP)	2004-2007
Programa do Governo (VII Legislatura)	2006-2011
Planos estratégicos sectoriais	
Plano Estratégico da Educação	2002-2012
Plano de Acção Nacional para o Ambiente II	2004-2014
Plano Energético Nacional	2003-2012
Plano Estratégico da Agricultura	2004-2015
Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico	2004-2015
Estratégia Nacional de Segurança Alimentar	2003-2015
Programa Nacional de Luta contra a Pobreza	1996-2008
Plano Estratégico da Justiça	2002-2005

Estratégia Nacional e o Plano de Acção a Biodiversidade Plano de Gestão dos Recursos de Pesca Estratégia de Desenvolvimento da Segurança Social Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género	(em preparação) (em finalização)
Programas de apoio e cooperação externa	
Poverty Reduction Growth Facility (PRGF)	2002-2004
Poverty Reduction Support Credit (PRSC)	2004-2007
Estratégia de Cooperação EU-Cabo Verde	2001-2007

(*) *Fontes: DECRP – Setembro 2004*

- Maiores projectos actualmente em execução no contexto das três Convenções de Rio (3C)

CBD		
	Projectos/Programas	Parceiros
BD Terrestre	Projecto Gestão Integrada e Participativa de AP	GEF/PNUD DGA
	Projecto SIA	Cooperação Francesa
	Projecto Parque Nacional de Fogo	
BD Marinha	Programa Regional de Conservação Marinha e Costeira da Africa Ocidental. Iniciativas desenvolvidas: tartarugas, tubarões, estratégia e Rede regional de AMP, reforçam das capacidades locais (RAMAO) para a gestão dos RN	PRCM: IUCN, FIBA, WI, WWF, CSRP,
	Projecto Conservação Marinha e Costeira	PRCM: IUCN, FIBA, WI, WWF, CSRP, 2005
	Projecto TENATSO: Tropical Eastern North Atlantic Time-Series Observatory	IFM-GEOMAR Universidade de Kiel- Alemanha
Outros	Projecto Autoavaliação Nacional de Capacidades para a Gestão Ambiental Global (NCSA)	UNEP/GEF. 2004.
	Projecto: Development of the National Biosafety Framework for Cape Verde. Estudos: Estado Actual da Biotecnologia em Cabo Verde, no âmbito do Protocolo de Cartagena sobre a Biosegurança; Estudo: Inventário e análise da legislação nacional existente relacionada com a biotecnologia e biossegurança no âmbito do Protocolo de Cartagena	UNEP/GEF. 2004.
CCD: No contexto actual não existem Programas / Projectos específicos a CCD, mas Programas / Projectos Maiores que integram a Componente Luta contra a Desertificação		

<p><i>Ambiente</i> <i>Luta contra a</i> <i>Pobreza</i></p>	<p>PAN-LCD (elaborado em 1998 e aprovado em 2000)</p> <p>PANA II</p> <p>Projecto SIA</p> <p>Plano de Acção Florestal Nacional (PAFN) que integra o Plano de Acção Florestal Tropical (PAFT)</p> <p>Programa Nacional de Luta contra a Pobreza</p>	<p>SE/CCD, CILSS, FAO UE, BM, FIDA, BAD, PNUD/GEF, França, Holanda, Luxemburgo, USA, Portugal. Holanda, Áustria, Países do GAO Cooperação Francesa</p>
<p><i>Agricultura</i> <i>Pecuária</i></p> <p><i>(Gestão dos</i> <i>Recursos</i> <i>Naturais</i> <i>Segurança</i> <i>Alimentar)</i></p>	<p>Programa Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, horizonte 2015</p> <p>Plano Director da Pecuária</p> <p>Plano de Desenvolvimento Hortícola</p> <p>Programa Nacional para a Segurança Alimentar.</p>	<p>GOV-CV, FAO e Parceiros Bi e/ou Multi-laterais</p>
<p><i>Água</i></p>	<p>Visão Nacional sobre Água, Vida e Ambiente no horizonte 2025</p> <p>- O Plano Director dos Recursos Hídricos em Cabo Verde</p> <p>- PAGIRE – Programa Nacional de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos</p>	<p><i>GOV-CV</i></p> <p><i>Global Water Partnership, Regional Water Partnership / UE, BM, CEDEAO, Luxemburgo, Áustria, Holanda...</i></p>
<p>CCC</p>		
<p>Gestão ambiental global</p>	<p>NAPA</p>	<p>GEF/PNUD 2006</p>
<p>Capacitação</p>	<p>Projecto Auto-avaliação Nacional de Capacidades para a Gestão Ambiental Global (NCSA)</p>	<p>UNEP/GEF. 2004.</p>
<p>Gestão integrada das zonas costeiras</p>	<p>Projecto de gestão das zonas costeiras dos municípios Brava, Paul, Maio</p>	<p>GEF/PNUD 2007</p>

I.4. Algumas considerações sobre a sua implementação

Na sua globalidade, as aplicações das Convenções devem ser flexíveis e adaptadas as especificidades de Cabo Verde. Elas devem tomar em consideração algumas medidas ao nível nacional e internacional:

- **Ao nível nacional:**

As políticas e estratégias podem abranger os aspectos seguintes:

- Política e Legislação: é preciso adoptar políticas de prevenção dos danos ao ambiente e envolver estrategicamente os sectores públicos e privados numa parceria para a conservação / preservação do ambiente. Todos os factores ligados à conservação e gestão do ambiente devem ser identificados (factores sociais, económicos, jurídicos). Um sistema de planeamento global, incluindo a conservação e gestão do ambiente deve ser implementado, para permitir a avaliação dos impactos das medidas ou decisões que podem constituir ameaças e transformar o meio ambiente.
- Área científica: Inventários nacionais globais, específicos e integrados devem ser realizados, actualizados ou reforçados, no âmbito das obrigações das três Convenções, e assim constituir uma base para a elaboração das políticas e estratégias de conservação e gestão do ambiente. Trata-se de conceber, elaborar, e aplicar critérios de identificação, criação, gestão e monitorização continua das zonas de desenvolvimento, zonas vulneráveis, zonas de reservas ou áreas protegidas, zonas de expansão, zonas de riscos, etc... Tudo isso necessita inúmeras recolhas de dados, realizações de estudos e trabalhos de investigação, implementação de sistemas de observação sistemática, para melhoria dos conhecimentos, capitalização dos resultados e aplicações praticas.
- Plano de Gestão: Elaboração de um plano nacional de gestão ambiental que integrara todas as medidas para manter os equilíbrios e especificidades ecológicas das zonas vulneráveis, das zonas de desenvolvimento existentes e em expansão. *O fio condutor deve ser a gestão durável dos RN, por conseguinte este plano deve reforçar a luta contra a sob - exploração dos RN e preservação dos serviços básicos dos ecossistemas.*
- Educação, formação e sensibilização: as populações e utilizadores dos RN devem ser sensibilizados em relação a importância estratégica da conservação e gestão ambiental. O seu envolvimento, por exemplo, na fase de criação, implementação e gestão de sítios ambientais vulneráveis constitui garantia para uma melhor conservação e monitorização (áreas protegidas, reservas de bio esfera, zonas de restauração e compensação (*land reclamation*), etc... Programas de formação específicos e abrangentes devem ser implementados para as populações - alvo e os gestores ambientais, *guardiães dos RN*.

- **Ao nível internacional:** As Convenções favorecem a cooperação internacional considerada como factor determinante e favorável as acções e medidas nacionais de conservação e gestão ambiental. Portanto, os países Partes devem contribuir, através da cooperação internacional, para:

- A recolha de dados com vista a criação de bancos de dados regionais e internacionais;
- Melhoria da eficácia das Convenções;
- Assistência financeira e técnica dos países partes em desenvolvimento

Em conjunto, as Convenções do Rio fornecem uma plataforma adequada para a promoção do desenvolvimento sustentável nas próximas décadas. Os seus instrumentos práticos e a sua focalização nas parcerias e sinergias indicam o caminho a seguir. A aceleração das acções com base nos três acordos vai contribuir em grande medida para o cumprimento das metas estabelecidas.

A implementação de Programas de Sinergias para a capacitação nos diferentes níveis, baseados numa nova abordagem participativa e envolvendo todos os actores, parceiros e as próprias comunidades beneficiárias, pode ser uma opção estratégica com valiosos resultados por um lado, para a questão da conservação e gestão sustentável do ambiente e, por outro lado, para ajudar as populações mais pobres, que vivem nas zonas vulneráveis rurais e urbanas, a criar meios de existências adaptados.

II. A POLITICA AMBIENTAL NACIONAL E AS CONVENÇÕES DO RIO

As agressões ao ambiente cabo-verdiano têm vindo a aumentar de forma constante ao longo das últimas décadas. Anualmente, produzem-se toneladas de resíduos, valor que aumenta cada ano. No que se refere ao dióxido de carbono, regista-se um aumento das emissões de CO₂ provenientes dos sectores residencial e dos transportes, bem como de cada vez maior consumo de energias poluentes. O consumo de recursos aumenta anualmente e a qualidade de vida da população, nomeadamente nas zonas urbanas, tem vindo a degradar-se substancialmente. A saúde humana também é afectada por esses factores, como se pode verificar, por exemplo, pelo aumento das doenças ligadas à poluição atmosférica.

A protecção do ambiente constitui, por conseguinte, um dos maiores desafios que se coloca ao país.

O modelo cabo-verdiano de desenvolvimento não pode basear-se no esgotamento dos recursos naturais e na degradação do meio ambiente e nem privilegiar a economia e o desenvolvimento das trocas comerciais em detrimento dos impactos ambientais.

É por isso que se tentou na medida do possível introduzir algumas disposições das Convenções do Rio na política ambiental nacional.

II.1. AS DISPOSIÇÕES DAS CONVENÇÕES DO RIO NA POLÍTICA AMBIENTAL NACIONAL

Durante a época colonial as primeiras acções de desenvolvimento assentavam numa abordagem vertical e sectorial dos problemas ecológicos. Durante esse período, adoptou-se alguns actos legislativos, essencialmente para limitar a poluição através da introdução de normas mínimas, nomeadamente em matéria de gestão de resíduos e de poluição das águas e da atmosfera.

A introdução desse quadro regulamentar não logrou evitar a degradação do ambiente.

A partir de 1975, graças à tomada de consciência por parte da população cabo-verdiana dos riscos associados aos problemas ambientais à escala mundial, a necessidade de adopção de uma abordagem concertada à escala nacional e internacional passou a ser incontornável.

A partir dos anos 1990 pode-se afirmar que houve uma viragem no que toca ao tratamento das questões ambientais ao nível nacional. Acções ligadas a protecção do Ambiente foram desenvolvidas e a integração do ambiente nas políticas nacionais tornou-se realidade através da integração do princípio do desenvolvimento sustentável e ao fazer da obtenção de um nível elevado de protecção ambiental uma das prioridades.

Para tal foi criado o Secretariado Executivo para o Ambiente que posteriormente foi substituído pela Direcção Geral do Ambiente marcando o início de um processo irreversível de protecção ambiental em Cabo Verde.

Esta abordagem transversal da política ambiental foi confirmada pela introdução da vertente ambiental nos Programas do Governo à partir de 1993, bem como pela elaboração do PANA II em 2003, que estabeleceu objectivos de desenvolvimento sustentável num horizonte de dez anos (2004-2014) fundamentalmente orientada para a gestão sustentável dos recursos ambientais.

A integração da problemática ambiental nas restantes políticas passou a ser uma obrigação para as diferentes instituições nacionais. Desde então, esta integração tem sido objecto de diversos actos, nomeadamente nos sectores centralizados e descentralizados.

Partindo do princípio de que a protecção eficaz do ambiente passa por uma avaliação exacta dos problemas ambientais e dos impactos das decisões e acções humanas sobre o ambiente, ir-se-á apresentar uma matriz dos principais problemas ambientais identificados no PANA II e nos perfis temáticos Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Desertificação, bem como a sua correlação.

Problemas ambientais nacionais prioritários (cf. PANA II)

Nacionais

- ⇒ Falta de um plano nacional de ordenamento território
- ⇒ Degradação dos solos nas zonas rurais
- ⇒ Poluição do solo urbano
- ⇒ Diminuição da qualidade de água
- ⇒ Perda da biodiversidade
- ⇒ Degradação e poluição de zonas costeiras
- ⇒ Diminuição da qualidade do ar
- ⇒ Degradação da paisagem

Locais

- ⇒ Dificuldade de abastecimento de água para consumo humano
- ⇒ Degradação da cobertura vegetal

- ⇒ Exploração descontrolada dos inertes
- ⇒ Falta de planos locais de ordenamento território
- ⇒ Degradação da qualidade Estética e paisagística
- ⇒ Deficiente saneamento do meio
- ⇒ Escassez de água de rega
- ⇒ Perda de biodiversidade

Apresenta-se, a seguir, uma breve análise dos maiores problemas ambientais em Cabo Verde e as transversalidades no âmbito das 3C : o quadro nº 1 resume a informação.

Quadro nº 1 – Problemas ambientais prioritários em Cabo Verde

Problemas Ambientais Prioritários	Transversalidades		
	CCD	CBD	CCC
NACIONAL			
Falta de um plano nacional de ordenamento território	+++	+++	+++
Degradação dos solos nas zonas rurais	+++	+++	++
Poluição do solo urbano	+	+	++
Diminuição da qualidade e quantidade de água	+++	+++	++
Perda da biodiversidade	+++	+++	+++
Degradação e poluição de zonas costeiras	+++	+++	++
Diminuição da qualidade do ar	++	+++	+++
Degradação da paisagem	+++	+++	++
LOCAL			
Dificuldade de abastecimento de água para consumo humano			
Degradação da cobertura vegetal	+++	+++	+++
Exploração descontrolada dos inertes	+++	+++	+++
Falta de planos locais de ordenamento território	+++	+++	+++
Degradação da qualidade Estética e paisagística	+	+	+
Deficiente saneamento do meio	+	+	++
Escassez de água de	+++	+++	++

rega			
Perda de biodiversidade	+++	+++	+++

Como Estado insular, Cabo Verde é marcado pela vulnerabilidade estrutural que abrange:

- O ambiente biofísico, ecológico e a extensão territorial;
- A valorização social e económica e sua interligação com o ambiente biofísico;
- Os factores essencialmente económicos relacionados com a base de recursos naturais e populacionais.



Esses factores ligados à própria origem do arquipélago são, geralmente, ordenados por diferentes autores, num triângulo a que se chamou o *triângulo da vulnerabilidade básica de Cabo Verde* (Ministério das Finanças, Documento de estratégia, 1997). Esta vulnerabilidade coloca o país perante a necessidade de criação de capacidades específicas que lhe permitam ser sustentável a longo prazo.

II.3. IMPLEMENTAÇÃO DAS CONVENÇÕES DO RIO EM CABO VERDE

A nível internacional

Apesar de constituir uma plataforma adequada para a promoção do desenvolvimento sustentável, a implementação das Convenções do Rio, revela uma falta de sinergia a nível internacional com repercussões a nível nacional. Para melhor compreensão pode-se realçar os seguintes pontos fortes e fracos a nível internacional.

Quadro nº 2 - Pontos fortes e pontos fracos das Convenções do Rio

PONTOS FORTES 	PONTOS FRACOS 
<ul style="list-style-type: none"> • Tomada em conta das três dimensões do desenvolvimento durável 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mecanismo internacional às vezes pesado e complexo
<ul style="list-style-type: none"> • Apelo para integração nas políticas de desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Bases jurídicas e regulamentares inadequados ou inexistentes
<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento de inúmeros países 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dispersão dos meios financeiros e materiais
<ul style="list-style-type: none"> • Tomada em conta das especificidades dos países 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conhecimentos científicos dos problemas ambientais ainda insuficientes
<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação científica e técnica 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Percepção persistente das convenções essencialmente ambientalistas?
<ul style="list-style-type: none"> • Apelo a participação a todos os níveis (elaboração, implementação, seguimento,...) das populações, ONG's, Sociedade Civil 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Divergências na interpretação dos textos, legislação, regulamentação, procedimentos.
<ul style="list-style-type: none"> • Obrigação de conceber e implementar os PAN's 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dificuldades (Fraquezas) para convencer e implicar os financiadores (capacidades de negociações)
<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem global ("eco sistémica") da gestão dos RN • Mecanismo de financiamento virado para o apoio aos países em desenvolvimento (PED) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fraco poder político dos PED ➤ Ausência de indicadores operacionais de impacto, participação e seguimento
<ul style="list-style-type: none"> • Princípio de precaução 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desconhecimento das disposições das

	convenções no seio das populações
<ul style="list-style-type: none">• Incentivo para implementação de uma legislação adaptada (ou reforço do existente)	<ul style="list-style-type: none">➤ Insuficiências na elaboração dos programas nacionais

A nível nacional

Devido à sua vulnerabilidade, as preocupações ambientais sempre marcaram a história de Cabo Verde. Em termos legislativos, as publicações anteriores a 1975 deixam transparecer uma vocação para a agricultura, dificuldades em desenvolver a pesca e uma certa preocupação no que concerne à conservação ambiental, incluindo a preservação de espécies haliêuticas de valor comercial. Pode-se registar uma abordagem específica da problemática da preservação do meio ambiente, por exemplo, na legislação de 1863 respeitante à pesca de corais.

Essas actividades aumentaram de intensidade a partir da independência, registando-se várias actividades pontuais e isoladas de conservação e protecção do ambiente, o que demonstra a preocupação dos sucessivos governos com a questão da preservação dos ecossistemas e com o enquadramento dos organismos vocacionados para a gestão ambiental. A partir de 1975 começou a desenhar-se a definição de organismos vocacionados para a gestão ambiental, iniciando assim a produção de uma legislação específica que incorpora várias medidas legislativas visando a preservação dos recursos naturais.

A partir de 1993 Cabo Verde passou a dispor de leis ordinárias (lei da criação das áreas protegidas, lei sobre a importação, comercialização e uso de pesticidas em Cabo Verde, ...) que vieram a colmatar as lacunas existentes em termos da legislação.

Cabo Verde aderiu aos princípios de desenvolvimento sustentável enunciados na Agenda 21, que foram acordados na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento em Junho de 1992 e elaborou um Primeiro Plano de Acção Nacional para o Ambiente em 1994.

Com a assinatura e ratificação das três Convenções do Rio (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, Convenção sobre a Diversidade Biológica e Convenção da luta contra a desertificação nos países gravemente afectados pela seca e/ou a desertificação) deu-se início a um processo de elaboração dos instrumentos estratégicos. No ano de 1999 foi elaborada a Estratégia e o Plano de Acção sobre Mudanças Climáticas em Cabo Verde, em 2000 foi aprovado o Programa de Acção Nacional da Luta contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN), e a Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade e, em 2002, o Plano de Acção Nacional para o Ambiente - PANA, incluindo Planos Intersectoriais e Planos Ambientais Municipais.

Em termos de implementação de acções concretas pode-se afirmar que muito se tem feito no domínio da protecção da biodiversidade encontrando-se em fase de implementação a Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a BD. No tocante a Desertificação nos anos 90 houve um engajamento forte que actualmente encontra-se numa fase de estagnação. No que concerne às mudanças climáticas pode-se afirmar que em termos de implementação quase nada se tem feito, apesar de existirem acções isoladas com repercussões indirectas no desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

Em Cabo Verde várias iniciativas em conformidade com as recomendações das Convenções do Rio, da Agenda 21 bem como dos Objectivos do Milénio foram implementadas, porém de uma forma isolada sem uma concertação institucional sem

uma visão sustentável do futuro. Seguidamente ir-se á apresentar os pontos fracos e fortes das convenções do Rio a nível nacional (ver quadro abaixo).

Quadro nº 3 - Pontos fortes e fracos das Convenções do Rio à nível nacional

Pontos Fortes	Pontos fracos
Existe um contexto institucional e legislativo geral favorável ao cumprimento destes objectivos, Resolução n.º 14/2005 de 25 de Abril aprovando o Segundo Plano de Acção para o Ambiente, PANA II, no horizonte 2004-2014,	A ausência de uma visão estratégica de desenvolvimento da cooperação
CNA (concelho nacional para o ambiente), ao nível dos ministérios, é um esforço de integração dos parceiros estratégicos nacionais da gestão ambiental	Mecanismos de coordenação com limitações no desenvolvimento das suas funções
Existência de pontos focais designados para as três convenções	Não existe uma abordagem integrada para a implementação das 3Convenções do Rio
Participação nas diferentes CoP	Existe falta de técnicos especializados; limitações de fundos para implementação nas mais diversas áreas; falta de continuidade e limitações de implementação de projectos desenvolvidos em parceria estrangeira. Existe informação colectada, que frequentemente não é partilhada com a contraparte nacional,
O projecto SIA como ferramenta de informação na tomada de decisões é mais um instrumento em desenvolvimento	A fiscalização da regulamentação das AMP é parcial por falta de médios humanos, equipamento e fundos para a fiscalização
Parcerias estratégicas do momento: cooperação holandesa, francesa, GEF	fraco envolvimento da sociedade civil;
Existência de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, redução da pobreza etc. Apelo para integração nas políticas de desenvolvimento	A dispersão inerente aos arquipélagos eleva os custos deste tipo de esforços;
Tomada em conta das três dimensões do desenvolvimento durável	Inexistência de uma estratégia de Educação, Comunicação e informação ambiental de implementação ao nível nacional
Envolvimento de inúmeros países	Limitados recursos humanos especializados neste ramo dificultam os processos de EIA;
Tomada em conta da especificidade dos países	Mecanismo internacional por vezes pesado e complexo
Obrigação de conceber e implementar os PAN's	Dispersão de meios financeiros e materiais
Mecanismo de financiamento virado para o apoio aos países em desenvolvimento	Conhecimentos científicos dos problemas ambientais ainda insuficientes
Princípio de precaução	Desconhecimento das disposições das convenções no seio das populações
Incentivo para implementação de uma legislação adaptada (ou reforço do existente)	Insuficiências na elaboração dos programas nacionais
	Dificuldades (Fraquezas) para convencer e implicar os financiadores (capacidades de negociações)
	Fraco poder político dos PED Ausência de indicadores operacionais de impacto, participação e seguimento

A implementação das Convenções do Rio em Cabo Verde tem pautado para uma implementação isolada sem sinergia e com duplicações de esforços o que não vem contribuindo para a sustentabilidade ambiental preconizada na Estratégia Mundial de Desenvolvimento Durável. Para que o almejado desenvolvimento sustentável seja atingido torna-se necessário uma abordagem integrada e sinérgica das três Convenções do rio a nível nacional, o reforço das capacidades técnicas e institucionais aos níveis individual, institucional e sistémico, o enquadramento dos pontos focais no contexto das

três Convenções e a criação de um Núcleo de Assessoria Técnica Especializada junto do Conselho Nacional do Ambiente.

Para a implementação das Convenções do Rio, Cabo Verde tem contado com as seguintes instituições chaves:

Quadro 4: Instituições-chaves na implementação das Convenções do Rio

Instituição	Missão e atribuições	Razões da implicação da instituição	Sua contribuição no processo de Implementação das Convenções do Rio (Assessoria técnica, Seguimento, Avaliação, Fiscalização consulta, elaboração de relatórios, fornecimento de dados, financiamento)
Direcção Geral do Ambiente	A Direcção Geral do Ambiente é um serviço central do Ministério do Ambiente, Agricultura (MAA) com funções de concepção, execução e coordenação em matéria de ambiente e recursos naturais.	Ponto Focal Nacional Convenções do Rio; Participação na avaliação de estudos de impacte ambiental; Elaboração das políticas e estratégias ambientais.	- Financiamento - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados
INIDA	Seguimento dos aspectos biológicos e ecológicos dos ecossistemas naturais terrestres.	Observação e Seguimento da evolução dos ecossistemas naturais (SID, SIG, ROSELT); Avaliação e estudos de impactos ambientais.	- Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Investigação - Fornecimento de dados - Financiamento
Instituto Nacional de	O Instituto Nacional de	Ponto Focal da CCC	- Assessoria técnica

<p>Meteorologia e Geofísica - INMG</p>	<p>Meteorologia e Geofísica é responsável pelo estudo, promoção, coordenação e execução das medidas e acções da política governamental no domínio da meteorologia e geofísica;</p> <p>São atribuições do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica;</p> <p>A instalação e desenvolvimento de sistemas nacionais de informação e vigilância meteorológica, geofísica e qualidade do ar;</p> <p>Recolha, tratamento, análise e o fornecimento de dados nos domínios da meteorologia da qualidade do ar e da geofísica aos diferentes agentes económicos nacionais e estrangeiros.</p>	<p>Completa, organiza e assegura o funcionamento da rede de observações e de telecomunicações da vigilância meteorológica, geofísica e qualidade do ar;</p> <p>Promove e desenvolve estudos e pesquisas e difunde informações que permitam auxiliar as diversas actividades que necessitam dessas informações;</p> <p>Divulga conhecimentos técnicos disponíveis no âmbito das suas atribuições;</p> <p>Colabora com todos os serviços públicos ou privados e organismos de investigação nas áreas ou actividades relacionadas com as suas atribuições.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Seguimento, avaliação, fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados - Estabelecimento da cooperação com estruturas locais e nacionais com responsabilidade na matéria - Incitação de parcerias internacionais com vista ao reforço da capacidade nacional no domínio da meteorologia e seguimento climático.
<p>Direcção Geral do Ordenamento do Território</p>	<p>A Direcção Geral do Ordenamento do Território parte integrante do Ministério</p>	<p>Integração dos aspectos de adaptação aos riscos ambientais na política e estratégia nacional</p>	

	<p>da Descentralização, Ordenamento do Território e Habitat, tem funções de concepção, execução e coordenação em matéria de ordenamento do território nacional.</p>	<p>em matéria de (re) ordenamento do território;</p> <p>Participação nos estudos e avaliações dos impactos ambientais;</p> <p>Participação activa nas redes de observação sistemática ecológica e ambiental (SIG, ROSELT, SIA);</p> <p>Propostas de estratégias e medidas para (re) ordenamentos dos espaços com riscos em parceria com SNPC e as CM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios - Seguimento, avaliação, Fiscalização
<p>Serviço Nacional da Protecção Civil</p>	<p>Implementação da política do Governo em matéria da protecção civil a nível nacional e municipal, estudo e prevenção de riscos naturais e tecnológicos, integração das acções da protecção civil em planos, programas e projectos de âmbito nacional, regional e internacional com vista à redução dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, informação e sensibilização</p>	<p>É a estrutura nacional que se ocupa da integração das problemáticas dos riscos e vulnerabilidade ambientais na política da protecção civil em Cabo Verde à qual o governo dotou de todos os instrumentos necessários para a prevenção e redução dos riscos naturais e tecnológicos, devendo trabalhar em permanente concertação e coordenação com outras entidades públicas e privadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Estabelecimento da cooperação com estruturas locais e nacionais com responsabilidade na matéria de redução de riscos e desastres

	pública nos domínios da prevenção e preparação em caso de acidentes graves, catástrofes e calamidades.	com responsabilidades na matéria. Além disso, o SNPC constitui o elemento central de todo o sistema nacional da protecção civil, devido à sua missão de dinamizar e catalisar todo o esforço nacional com o fito de redução dos riscos e dos desastres.	- Incitação de parcerias internacionais com vista ao reforço da capacidade nacional em matéria de protecção civil e redução dos riscos
INDP	<p>- Sob a tutela do Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar, o INDP está encarregado dos estudos e pesquisas que interessam a evolução haliêutica ao longo da ZEE cabo-verdiana e da pesca deste potencial. Faz a análise do contexto físico e fisiológico do litoral (oceanografia física e biológica).</p> <p>- Seguimento dos aspectos biológicos e ecológicos dos ecossistemas naturais marinhas.</p>	Participação na avaliação dos impactos possíveis da erosão, degradação e das MC sobre as zonas costeiras cabo-verdianas e sobre os recursos haliêuticos e as opções de adaptação a esses impactos.	<p>- Financiamento</p> <p>- Assessoria técnica</p> <p>- Seguimento, avaliação, Fiscalização</p> <p>- Elaboração de Relatórios</p> <p>- Fornecimento de dados</p>
DGASP	Implementação da política do Governo nos domínios da agricultura e desenvolvimento rural. Encarregada de conceber a estratégia de	- Integração do aspecto adaptação aos riscos ligados a desertificação na política nacional em matéria de agricultura.	<p>- Financiamento</p> <p>- Assessoria técnica</p> <p>- Seguimento, avaliação, Fiscalização</p>

	<p>desenvolvimento nos diferentes sectores, de determinar as orientações e implementar acções que assegurem e valorizem a exploração racional dos recursos agrícolas.</p> <p>Elaboração da estratégia de preservação e desenvolvimento das florestas. Estabelecimento e execução de políticas, estratégias e programas de luta contra a desertificação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implicação na implementação da CCD - Envolvimento nas políticas de exploração e conservação das terras. - Parte integrante na elaboração e implementação de estratégias de adaptação a desertificação - Participação nos estudos do sector florestal face aos riscos de desertificação e na definição de planos de arborização, reflorestação, conservação de solos e águas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados
INERF	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição especializada na Engenharia Rural e Florestal - Executora dos programas e projectos de CSA em concertação com a DGASP - Executora dos projectos de perfuração de furos e outras infra estruturas específicas para captação e armazenagem de água 	<ul style="list-style-type: none"> - Apesar de ser objecto de uma reestruturação funcional e operacional e / ou redimensionamento institucional, o INERF capitaliza uma <i>expertise nacional</i> forte nas suas áreas de actuação. - Participação nas actividades / iniciativas / projectos no âmbito da implementação da CCD e na gestão ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria e execução técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados

Direcção Geral da Indústria e Energia	<p>Elaboração e implementação de políticas governamentais no domínio da indústria, energia, minas e geologia.</p> <p>Sedeado no Ministério da Economia e Competitividade. O seu papel é a difusão e promoção das energias. Assegura a produção, o transporte e a distribuição da energia eléctrica no território nacional</p>	<p>Papel na política nacional ambiental, em matéria de energias renováveis e projectos de investigação - desenvolvimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento - Assessoria técnica - Fornecimento de dados
LNEC	<p>Laboratório especializado no domínio das infra-estruturas (estradas, barragens, portos)</p>	<p>A sua base de dados é utilizada para a concepção de infra-estruturas de base do país. Será útil na compreensão do fenómeno da desertificação e das mudanças climáticas reais constatadas nos últimos anos e os seus impactos nos sistemas hídricos, solos e zonas costeiras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Investigação - Fornecimento de dados
INGRH	<p>Elaboração e implementação da política governamental em matéria de planificação, de mobilização, de gestão e</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Integração na política e estratégia de gestão e de planificação dos recursos hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios

	preservação das águas, ordenamento das grandes obras hidráulicas, sua manutenção e gestão.	- Participação nos estudos de vulnerabilidade dos recursos hídricos e opções de adaptação ambientais.	- Investigação - Fornecimento de dados
- ELECTRA & Câmaras Municipais / SAA	Planificação e aprovisionamento em água potável, bem como a distribuição, passando pelas fases de estudo, concepção, realização, gestão e exploração das unidades de produção e distribuição e do controlo da qualidade das águas e a protecção dos recursos.	- Participação nos estudos de vulnerabilidade dos recursos hídricos e opções de adaptação ambientais. - Participação política nacional ambiental, em matéria de energias renováveis e projectos de investigação - desenvolvimento	- Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Elaboração de relatórios - Financiamento de Programas / Projectos (Electra)
- Câmaras Municipais (CM)	Entidades de poder local com atribuições e responsabilidades, em parceria com serviços desconcentrados do estado, nos sectores ligados ao ambiente, saúde, agricultura, florestas, mar, meteorologia, protecção civil, energia, água, ordenamento do território e habitat.	- Implementação e acompanhamento ao nível local, das estratégias nacionais de luta contra a desertificação - Participação nos estudos de avaliação da vulnerabilidade dos espaços com riscos e sectores vulneráveis e na elaboração de medidas de adaptação. - Participação nos estudos de	- Fornecimento de dados - Elaboração de relatórios - Seguimento, avaliação, Fiscalização

		ordenamento do território (espaço rural e urbano)	
Sector Privado Associações Comerciais e Industriais, Empresas Comerciais, Empresa / Grupos Industriais, Empresas de Construção Civil, Sociedades Petrolíferas/Gás, Sociedades / Empresas de Produção e Distribuição Energéticas (Convencionais e Renováveis);	- Apoiar políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento económico - Desenvolver e reforçar os sectores comerciais, industriais - Participar e contribuir no crescimento económico e aumento da competitividade nacional - Fomentar / participar na transferência de Tecnologias e “ <i>know-how</i> ”	- Participação e contribuição no reforço do sector comercial, do tecido industrial nacional - Desenvolvimento socio-económico - Contribuição na transferência de tecnologias modernas adaptadas ao desenvolvimento da agricultura e pecuária, exploração das terras e conservação dos solos e águas - Desenvolvimento do sector das Energias Renováveis	- Fornecimento de dados - Consulta e elaboração de relatórios - Assessoria técnica - Investigação - Financiamento de “processos” ligados à transferência de tecnologias modernas e de protecção / conservação ambiental

<p>Institutos Superiores de Ensino e Investigação: ISE, ISECMAR, INIDA, JEAN PIAGET</p>	<p>Instituições superiores de ensino e Investigação que lidam directa ou indirectamente com as problemáticas ambientais, implementação das Convenções, Gestão dos RH, observação sistemática dos ecossistemas.</p>	<p>- Participação na avaliação da vulnerabilidade e dos riscos ambientais e elaboração de medidas de adaptação; - Realização de estudos geológicos, geográficos, bio geográficos, biológicos e climatológicos ;</p>	<p>- Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios - Investigação</p>
<p>ONG's</p>	<p>Estudos, Inquéritos e Pesquisas no domínio ambiental, da gestão dos RN e das energias renováveis assim como participação em projectos ligadas as Convenções de Rio</p>	<p>- Experiência da sociedade civil e a sua participação na implementação CCD e outras Convenções Ambientais - Participação na problemática da Gestão dos RN - Divulgação da informação sobre as Convenções de Rio e a problemática da Gestão Ambiental.</p>	<p>- Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios</p>
<p>Gabinetes de Estudos Técnicos e Científicos</p>	<p>Gabinetes de Estudos dotados de uma experiência nos domínios ambientais, ordenamento do território, observação sistemática.</p>	<p>“Expertise” nacional permitindo apoiar os estudos, avaliações e projectos ligados a gestão ambiental, ordenamento do território, gestão dos RN.</p>	<p>- Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios</p>

III. NECESSIDADES DE REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONVENÇÕES DO RIO

III.1. NECESSIDADES ESPECÍFICAS PARA CADA CONVENÇÃO

A capacidade técnica existente é diferenciada aos diversos níveis de intervenção, designadamente, entre os políticos, decisores, técnicos e agentes de terreno, fruto evidente da natureza das acções até então levadas a cabo no sentido de implementar as Convenções do Rio.

Esforços deverão ser empreendidos para se atingir o efectivo aproveitamento das capacidades existentes a nível das diferentes instituições de interesse no quadro da problemática, evidenciando a necessidade de reforço da capacidade humana, através da potenciação dos recursos humanos afectos a diferentes instâncias, quer seja pela via da sua capacitação em matérias de interesse no domínio das Convenções do Rio e do Ambiente no geral, quer seja, introduzindo melhorias em termos da gestão dos actuais recursos existentes, numa perspectiva holística, visando o reforço do envolvimento e participação dos parceiros no processo de implementação das Convenções aos níveis individual, institucional e sistémico, de forma a atingir o desenvolvimento sustentável do país.

- Os desafios do reforço das capacidades institucionais

- Para tornar operacional um quadro legal adequado para a implementação das Convenções, além do apoio financeiro e da aquisição dos conhecimentos e do saber-fazer, é preciso *catalizar* a forma como os actores - parceiros se organizam e se coordenam para definir os programas de trabalho, produzir os serviços, partilhar as informações, cooperar, tomar decisões, vulgarizar os resultados. Neste contexto, o reforço das capacidades parece mais com arranjos institucionais, considerando que são diferentes organizações e instituições que tem uma intervenção nos campos das Convenções.

- A escolha das estruturas não só deverá obedecer a critérios de elegibilidade bem definidos mas também identificar os vectores de reforço em termos de potencialidades institucionais, de competências existentes e de comportamento institucional (atitude progressista, comportamento participativo, vontade de sinergia, ...). A observação das tendências dá mais ênfase a apreciação das competências (grau de formação, experiência profissional, publicações) e ao estatuto jurídico (administração, associação, ONG, empresa) que, ao que parece, não são muito determinantes. Pois, não se trata só de implementar uma equipa de competências para dispor de uma garantia de sucesso.

- Relativamente a estratégia a adoptar, não existe obviamente um *modelo standard*, mas sim *abordagens* que tomam em conta a situação particular dos parceiros presentes, dos objectivos visados e da natureza das actividades a serem levadas a cabo.

- Aspectos práticos do reforço das capacidades

- O reforço das capacidades necessita a procura dos arranjos institucionais que respondem directamente aos objectivos das Convenções. Ele deve ser levado conjuntamente e em relação com as capacidades e experiências locais que se enquadram

nas perspectivas de desenvolvimento durável. Neste quadro, os projectos devem servir não só para reforçar as estruturas de decisão e de investigação, mas também para tecer redes de ligações entre as instituições e permitir assim a aquisição de competências comuns.

- O reforço das capacidades é um processo de longo prazo que privilegia o desenvolvimento endógena das estruturas nacionais, por conseguinte a visão linear e descontinua dos *projectos* que tiram recursos/proveitos das estruturas deve ceder o lugar para uma visão mais integrada onde são *os projectos* que devem se adaptar a estrutura para reforça-la.

- A identificação das instituições nacionais e das competências do núcleo de coordenação nacional resulta de investigações iniciais, tendo em consideração o carácter pluridisciplinar e multi -sectorial e transversal das Convenções. As instituições e/ou equipas nacionais são envolvidas na implementação das actividades e integram um processo de aprendizagem de “Job-training” favorecendo a aquisição de conhecimentos e saber-fazer, através de trabalhos sobre os diferentes engajamentos das Convenções

- A implementação do conjunto de actividades necessárias incumba a Coordenação Nacional com o apoio de assistência técnica nacional ou internacional. Assim a estratégia para o reforço das capacidades deveria permitir identificar a cada sequência:

As capacidades necessárias: conhecimentos (ciências e técnicas ligadas as Convenções tecnologia, organização, planeamento, análise, tomada de decisão, reflexão estratégica, gestão, etc...).

Os tipos de actividades por realizar : pesquisa, transferência/ cooperação tecnológico, decisão, produção/distribuição, coordenação, comunicação, etc...

Os actores envolvidos: administração, empresas, centros de investigação, gabinete de estudos, associações, ONG, etc...

As modalidades de reforço das capacidades: componente capacidades (formação inicial, formação continua, comunicação), componente actividades (formação continua, apoio técnico, arranjos institucionais específicos, procura de sinergias através de redes, interface, partenariado).

III.1.1. NECESSIDADES EM REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CCC

A nível das mudanças climáticas considera-se existir no país uma certa capacidade a valorizar. Os resultados de pesquisas e estudos preliminares realizados no quadro da elaboração da Estratégia e Plano de Acção sobre as Mudanças Climáticas pelo pessoal técnico nacional demonstram de forma clara que está presente um grau de capacidade estimável a este nível.

Os desafios futuros exigem um equilíbrio cada vez maior em capacidades nos diferentes níveis de actuação.

Acções específicas de capacitação de acordo com o perfil académico e profissional dos recursos humanos, orientadas para os objectivos institucionais e no sentido de proporcionar o exercício cada vez mais eficaz das atribuições e responsabilidades das diferentes instituições envolvidas e de interesse no processo, deverão contribuir para reforçar a capacidade em matéria de mudanças climáticas.

A nível nacional torna-se necessário, educar, formar, informar e sensibilizar o grande público sobre as mudanças climáticas, os impactes e as medidas de adaptação. Para tal, é necessário estabelecer um sistema de fornecimento de informação efectivo e fiável e dotar as instituições de técnicos especializados nessas matérias e reforçar as instituições em termos de materiais e equipamentos especializados, de forma a suprir as seguintes necessidades:

Lista de necessidades:

Organização

1. Reforço das capacidades técnicas, de enquadramento dos Pontos Focais no contexto da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas-CCC;
2. Estabelecimento de sinergias entre as Convenções do Rio;
3. Necessidade de criar uma estrutura formada por técnicos especializados em diferentes domínios científicos que concorrem para a mitigação dos efeitos nefastos das Mudanças Climáticas;
4. Reforço das capacidades institucionais e de todos os parceiros estratégicos para a implementação efectiva da CCC;
5. Reforço das capacidades da DGA e o INMG enquanto instituições de coordenação da implementação da CCC;
6. Reforço da capacidade dos municípios para implementar e monitorizar a Convenção;
7. Criação da Escola Nacional de Protecção Civil;
8. Criação da Plataforma Nacional para a prevenção de riscos;
9. Criação de um núcleo de assessoria técnica especializada, junto da CNA e DGA para o reforço das capacidades das estruturas e parceiros estratégicos da CCC e outras Convenções. O núcleo deverá ser especializado em negociações, gestão, seguimento e monitorização das Convenções.

Legislação

1. Reforço das capacidades individuais em matéria de legislação ambiental para melhorar o quadro legislativo e facilitar a futura implementação das Convenções, e ao mesmo tempo aproveitar melhor as oportunidades de capacitação, de forma sustentável (Ex: Convenções de Rio, Protocolos de Quioto);
2. Reforço das capacidades da DGA, INMG e SNPC no domínio da legislação ambiental;
3. Promoção da criação e implementação de um núcleo nacional de juristas, legisladores e negociadores especializados nas convenções/acordo internacionais e gestão ambiental global;
4. Reforço das capacidades dos decisores (políticos), negociadores e planificadores do desenvolvimento em função das Convenções do Rio;

5. Reformulação, ampliação e reforço do quadro legal, de forma a facilitar a implementação da CCC a nível nacional.

Formação

1. Reforço das capacidades individuais em quantidade e em matéria de capacidade para o desempenho eficaz da função e implementação efectiva da CCC aos vários níveis: formal, profissional e técnico (médio e superior), especializado;
2. Reforçar as capacidades dos decisores e planificadores e estratégias em matéria da implementação da CCC;
3. Integração da componente ambiental mudanças climáticas no Planeamento Sectorial;
4. Capitalizar e divulgar ao nível nacional e local os conhecimentos e resultados da implementação das Convenções;
5. Reforçar a IEC em gestão ambiental ao nível nacional e local.

Investigação

1. Adequação eficaz das acções de capacitação ao perfil dos investigadores
2. Facilitar a elaboração de teses de mestrado/doutoramento em áreas de interesse institucional no domínio das Mudanças Climáticas;
3. Criar iniciativas de integração de cientistas numa rede interdisciplinar, de investigação nacional e internacional para a abordagem da problemática da gestão ambiental;
4. Elaboração e implementação de Programas de investigação com reforço das componentes inventários e vigilância climática;
5. Promoção da investigação integrada e capitalização de experiências existentes e capitalização de experiências existentes ao nível regional e global, no domínio das Mudanças Climáticas;
6. Dinamização da participação de Cabo Verde nas iniciativas regionais e mundiais de adaptação as Mudanças Climáticas e a Gestão Ambiental Global.

Parcerias e Comunicação

1. Reforço das capacidades de trabalho em equipa e parcerias para a implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em sinergia com as outras Convenções do Rio;
2. Estabelecimento de acordos bi e multilaterais;
3. Mobilização dos fundos e estabelecimento de parcerias para transferência de tecnologias e know how, no âmbito dos acordos internacionais e regionais;
4. Criação de uma comissão de parceiros de apoio técnico e financeiro para a implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em sinergia com as outras Convenções do Rio;.

Abordagem Participativa

1. Avaliação das necessidades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais a nível local, utilizando a abordagem participativa;
2. Promover a pesquisa-ação para o reforço das capacidades em gestão participativa;
3. Avaliação das necessidades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das Convenções Internacionais ao nível local, utilizando a abordagem participativa;
4. Seguimento e avaliação do processo participativo na gestão ambiental.

Ordenamento do Território

1. Reforço das capacidades para a integração sinérgica do ordenamento do território no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas;
2. Integração sinérgica do ordenamento do território no âmbito das convenções internacionais, de forma a promover a gestão sustentável dos recursos ambientais;
3. Transformar o SIA num instrumento de integração para a EIC ambiental;
4. Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica do ordenamento do território na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.

PANA e CCC

1. Reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas com o PANA II;
2. Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais com o PANA II.

No domínio das Mudanças Climáticas existem necessidades de capacitação em áreas específicas que serão apresentadas na lista a seguir afim de por cobro as lacunas existentes:

Necessidades de Reforço das Capacidades em Áreas Específicas a CCC	
Instituição	Domínios
Direcção Geral do Ambiente	Investigação ambiental Auditoria e fiscalização ambientais IEC para o Ambiente Audiovisuais para o Ambiente Direito ambiental Sistema de Informação
Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC)	Investigação de Riscos Gestão de Catástrofes Primeiros Socorros Comunicação Planeamento Gestão de Incêndios
Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente e Agricultura (DGPOG-MAA)	Coordenação, seguimento e avaliação de políticas públicas para o sector do ambiente; Avaliação do Impacto Ambiental; Legislação Ambiental; Auditoria Ambiental; Planeamento Ambiental Estratégico; Melhoria do processo decisional, incluindo a assistência para a participação nas negociações internacionais.
Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação (GEP-Educação)	Integração da Componente Ambiental (enfoque para as Mudanças Climáticas) no Planeamento Sectorial; Seguimento, Monitorização e Avaliação das acções específicas em matéria de Mudanças Climáticas; Técnicas de Comunicação; Elaboração de audiovisuais.
Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Saúde (GEP-Saúde)	Integração da Componente Ambiental (enfoque para as Mudanças Climáticas) no Planeamento Sectorial; Seguimento, Monitorização e Avaliação das acções específicas em matéria de Mudanças Climáticas; Prevenção e intervenção em situação de catástrofes; Prevenção de doenças e actuação em situação de epidemias; Técnicas de comunicação com as populações /utentes de saúde; Elaboração e utilização de audiovisuais; Legislação; Vigilância sanitária; Inspeção de saúde.
Plataforma das ONG's	Pesquisa; Técnicas de Comunicação; Planeamento Ambiental Estratégico/Integração da componente ambiental no processo de planeamento (com enfoque para as mudanças climáticas); Seguimento, monitorização e avaliação de projectos; Elaboração e gestão da implementação de projectos; Melhoria do processo decisional, incluindo a assistência na participação nas negociações com os parceiros; Capacitação em outras áreas de interesse para a instituição/ONG membros, no exercício de atribuições relacionadas com as Mudanças Climáticas.
Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)	Gestão Sustentável do Ambiente; Mudanças Climáticas; Climatologia; Meteorologia (especialidades); Capacitação de observadores; Agro-climatologia;

	<p>Oceanografia; Geofísica; Física da atmosfera; Manutenção e monitorização de equipamentos meteorológicos; Segurança e qualidade do ar; Instalação de equipamentos (estações automáticas, ...).</p>
Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA)	<p>Especialização no domínio específico Química da atmosfera Investigação – Aves Capacitação extensiva a estudantes</p>
Gabinetes Técnicos	<p>Facilitar a sua especialização no domínio p específico Seguimento, monitorização e avaliação de projectos Elaboração e gestão da implementação de projectos Planeamento Ambiental Estratégico Integração da componente ambiental no processo de planeamento Integração da Componente Ambiental (enfoque para as Mudanças Climáticas) no Planeamento Sectorial; Seguimento, Monitorização e Avaliação das acções específicas em matéria de Mudanças Climáticas; Avaliação do Impacto Ambiental; Legislação Ambiental; Auditoria Ambiental; Planeamento Ambiental Estratégico;</p>

III.1.2. NECESSIDADES EM REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CBD

No referente as orientações da CBD, para atingir os seus objectivos, existem múltiplas necessidades:

1. RC para a **avaliação, monitorização, sistematização, seguimento dos resultados** de implementação de programas, planos, projectos e iniciativas em função da implementação da CBD;
2. **RC visando Identificar, sistematizar e capitalizar** os projectos que tem tido sucesso na implementação da CBD, Identificar as boas e más praticas de conservação e gestão da BD e RN;
3. RC para a necessidade de uma **visão integrada do desenvolvimento sustentável**, sua integração efectiva dentro das estratégias nacionais, como eixo fundamental da trilogia do desenvolvimento sustentável (sustentabilidade ecológica, económica e social):
4. RC para a integração interinstitucional e interdisciplinar da implementação da CBD (das três convenções)
5. RC e apoio técnico especializado para a implementação das orientações de conservação e uso sustentável implicadas nos instrumentos descentralizados do PANA (PAIS, PAM),
6. RC para melhorar a implementação e regulamentação do contexto legal da CBD
7. RC para a mobilização de fundos (Fundo ecológico) para a implementação da CBD, com uma visão estratégica, envolvida numa estratégia nacional de desenvolvimento sustentável (um plano nacional de desenvolvimento sustentável (PNDS). Uma fundação nacional para o ambiente.
8. Necessidade de desenvolvimento e **RC profissionais especializadas**, em função da efectiva implementação das acções identificadas como prioritárias dentro das linhas/medidas de orientação, definidas como estratégicas para a implementação da CBD/ENPA-BD/PAIS-BD etc.
9. RC para planificação estratégica da implementação da CBD dentro das instituições envolvidas (DGA, INIDA, INDP, IMP, INRH, INMG, DGOT, etc.)
10. RC específicas para a implementação dos artigos 15 e 19 da CBD, relacionados com a regulamentação do acesso e a partilha justa dos benefícios provenientes da utilização do pool genético, como também o Protocolo de Cartagena. Visando que se valorize as dimensões globais do 3º objectivo da CBD, desenvolver um quadro legislativo e regulamentação, a definição de medidas estratégicas, como o aproveitamento de oportunidades e captação de fundos para sua implementação;
11. Como país insular, RC para uma abordagem de gestão, fiscalização e controlo em moldes integrados, regionais, da pesca estrangeira (pesca ilegal, fantasma etc);
12. RC para a negociação de acordos internacionais de pesca baseados nos princípios equidade e justiça, de partilha justa dos benefícios provenientes deste tipo de actividade;
13. RC para a implementação da CBD por parte dos elementos envolvidos na planificação do desenvolvimento (Governantes, Ministérios, Direcções gerais etc). Em função de acordos justos de cooperação internacional, de identificar as oportunidades, os mecanismos e princípios básicos de cooperação a ser aproveitados;

14. RC para a gestão do conhecimento e aproveitamento das oportunidades existentes de cooperação e transferência de tecnologias, em bases equitativas e justas, em função de implementação da CBD;
15. RC dos indivíduos directamente ligados na coordenação da implementação da CBD, conhecimento e aproveitamento dos seus instrumentos (CBD, Cartagena, Relatórios das *COPs*, grupos de trabalho, *Clearinghouse mechanisms* etc), e oportunidades envolvidas; melhor implementação das obrigações assumidas: elaboração de relatórios e participação nas *COPs*;
16. Reforçar o marco legislativo no referente a cooperação internacional para a partilha e acesso a BD e partilha de benefícios, e os princípios básicos deste tipo de relação, estabelecidos na CBD;
17. RC de **coordenação** da implementação pelas instituições administrativas, executivas, técnicas de controlo da implementação das orientações da CBD de forma integrada e de responsabilidade partilhada;
18. RC as capacidades técnicas especializadas ao nível individual, institucional e sistémico para a implementação da CBD;
19. RC de trabalho integrado e de construção de sinergias para a CUS-BD a todo nível;
20. RC dos elementos do PANA (PAIS, PAMs, ANMCV, etc.) para a implementação integrada da CUS- BD;
21. RC institucionais de coordenação, planificação, seguimento e avaliação para a CUS-BD
22. RC para a abordagem integrada e participativa, de identificação e de interiorização dos aspectos transversais que podam ser abordados em função de atingir os três objectivos de conservação da CBD;
23. RC com assessoria técnica para a Integração do principio de CUS-BD, de implementação de praticas ecologicamente viáveis de desenvolvimento económico, na implantação dos instrumentos de politica estratégica (luta contra a pobreza, politica alimentar, pesca, agricultura, comercio, saúde etc)
24. RC para a mobilização de recursos e dos privados na CUS-BD
25. RC dos elementos envolvidos, para a implementação integrada e sinérgica das três convenções de Rio, em função do desenvolvimento sustentável;
26. RC para formar uma visão de desenvolvimento sustentável dos projectos desenvolvidos em função da implementação da CBD, e desenvolver processos contínuos, não projectos;
27. RC para a co-gestão como abordagem de implementação estratégica apropriada para Cabo Verde, que permite a integração de elementos tais como planificação, monitorização, avaliação interactiva e adaptativa, e que pode proporcionar uma plataforma para as microfinanças como ferramenta de apoio para CUS-BD a as três Convenções do Rio;
28. RC para o estabelecimento de um programa nacional de EIC para a implementação da CBD e a gestão global do ambiente em Cabo Verde;
29. RC para a implantação de um sistema de gestão ambiental integrado incluindo os SSQA, o SIG, um Sistema de gestão ambiental empresarial (SGA) baseado num quadro legal hoje por hoje inexistente;
30. RC para s estabelecimento **de, processos**, de gestão integrada das áreas protegidas existentes tanto das terrestres como marinhas;
31. RC para a revisão e melhoramento do quadro legal do sistema de AP, revisar seus objectivos de gestão consentâneos como a categoria estabelecida, no caso contrario harmonizar os objectivos com a categoria predefinida;

32. RC de coordenação integrada entre as instituições e equipas técnicas que coordenam os projectos de implementação das AP; visão integrada e interdisciplinar da gestão de AP, estabelecimento de coordenação, integração e de sinergia interinstitucional;
33. RC da investigação de apoio ao estabelecimento das AP, apoiadas com dados sistemáticos e como potenciais laboratórios que envolvem fenómenos eco-biológicos, económicos, sociais e culturais que devem ser analisados, abordados ao seu tempo e a experiência socializada (SIA);
34. RC para a implementação efectiva do projecto/processo MAB do Sal, Boavista e Maio;
35. RC para a mobilização de recursos para a implementação das iniciativas, projectos e processos de gestão integrada e participativa de áreas protegidas;
36. RC para o envolvimento da sociedade civil na conservação de BD ao nível local, através de uma estratégia nacional de IEC e acções em função da identificação participativa de alternativas de CUS-BD;
37. RC e capacitação técnica para a implementação do protocolo de Cartagena e de transferência de tecnologia apropriada;
38. RC institucional para a fiscalização e controlo da implementação da legislação de apoio a CBD (introdução de exóticos, espécies invasoras, introdução de transgênicos, exportação de biodiversidade, fiscalização e controlo da regulamentação das áreas protegidas marinhas) etc;
39. RC locais para a introdução de boas praticas de utilização dos RN e erradicação de praticas irracionais (pesca com dinamite, uso das garrafas de ar comprimido) acompanhadas de um processo de identificação, análise e concertação da implementação de projectos visando introduzir actividades económicas inovadoras de usos dos RN;
40. RC para o desenvolvimento das áreas protegidas e as reservas de biosfera como laboratórios de CUS-BD e os RN, e o envolvimento dos privados no apoio do ecoturismo por exemplo;
41. RC para o desenvolvimento da investigação interdisciplinar nas instituições que desenvolvem propostas de medidas de gestão dos RN;
42. RC das instituições fiscalizadoras e a abordagem integrada da fiscalização, juntamente com instituições locais, investigação e administrativas ligadas ao ambiente, mesmo com os privados (armadores de pesca);
43. RC para a legislação da conservação ex-situ;
44. RC para responder a pergunta de **qual é dificuldade que se impõe aos actores na implementação de práticas alternativas, geradoras de rendimento, de US dos RN? Tanto ao nível local, institucional como sistémico;**
45. RC para a identificação participativa, de identificação de áreas de conservação prioritária ao nível local nas diferentes ilhas, A gestão participativa como ferramenta;
46. RC para a implementação de actividades integradas de Comunicação Social para a gestão local dos RN;
47. RC para o envolvimento dos privados na conservação e usos sustentável da BD ao nível local;
48. RC para a investigação especializada, nas instituições, em função da implementação da CBD (conservação de espécies, áreas protegidas, ordenamento do território, SIG, biotecnologia, genética, taxinomia etc);
49. RC para a Investigação integrada e procura de actividades apropriadas de CUS-BDM;

50. RC para a implementação de uma estratégia nacional de informação, educação e comunicação ambiental - IEC;
51. RC para implementação do programa de EIA
52. RC para a implementação do objectivo estratégico da conservação para 2010, de redução significativa do acelerado índice de redução da BD;
53. Reforço das capacidades para a abordagem ecossistémica da conservação:
54. Reforçar as capacidades para uma melhor compreensão da necessidade de integração da conservação com o desenvolvimento de uma estratégia nacional de turismo sustentável;
55. RC para o desenvolvimento de observatórios como instrumentos de monitorização, avaliação e seguimento da qualidade ambiental;
56. RC para a gestão integrada dos RN a traves do reforço dos projectos de áreas protegidas existentes;
57. RC para cooperação internacional, em função do desenvolvimento, melhor implementação e reforço de projectos sub-regionais e internacionais existentes (PRCM, TENATSO etc)

Para assegurar a manutenção da conservação da BD

- Organização
 1. De Reforço das capacidades técnicas, de enquadramento do PF no contexto da convenção;
 2. Exista a necessidade de criar uma estrutura formada por técnicos especializados por exemplo, em conservação, biologia, planeamento, legislação, economia
 3. Reforço das capacidades institucionais dos parceiros estratégicos para a implementação da (s) convenção (ões)
 4. A necessidade de reforçar as capacidades da DGA, instrumento dinamizador responsável da coordenação para implementar a CBD
 5. Reforço da sustentabilidade das instituições para a implementação da CBD
 6. RC para o desenvolvimento de uma estratégia de integração das instituições, participativa, para a implementação da CBD (a integração sectorial e sua ligação com os utilizadores directos dos RN)
 7. Propomos a criação de um núcleo de alto nível, com a função de dar assessoria técnica especializada ao nível da CNA e DGA para o fortalecimento das capacidades das estruturas e parceiros estratégicos da CBD
 8. Necessitamos dar resposta a como garantir Sustentabilidade Económica sem por em causa a conservação e utilização sustentável da DB?
 9. Como implementar uma estratégia de CUS-BD que seja ao mesmo tempo sustentável economicamente?
 10. RC para identificar quais os pontos de sinergia e transversalidade existentes entre PND, DECRP e o PANA?
 11. Como se complementam a ENPA/PAIS-BD com os PN sectoriais?
- Legislação
 1. Reforço das capacidades individuais em matéria de legislação ambiental para melhorar o quadro legislativo e facilitar a futura implementação das convenções,

e ao mesmo tempo aproveitar melhor as oportunidades de capacitação, em forma sistemática e contínua (Protocolo de Cartagena por exemplo)

2. Reforçar as capacidades institucionais em matéria de legislação ambiental;
3. Promover a implementação de um núcleo nacional de juristas especializados nas convenções e a gestão ambiental global;
4. Reforço das capacidades ao nível dos decisores e planeadores do desenvolvimento em função da revisão e controlo da implementação da CBD
5. RC para estabelecimento de grupos de trabalho para desenvolver estratégias de implementação dos diversos artigos estratégicos da CBD (art. 15, 19 por exemplo) e das orientações das COPs:

- Formação

1. Uma estratégia nacional de capacitação de quadros para CUS da BD, com implementação aos vários níveis: formal académica (médio e superior), profissionalizante e de capacitação modular é conveniente, visando a formação de quadros especializados
2. Reforço das Capacidades de planificação estratégica
3. Reforçar as capacidades ministeriais em matéria da implementação da CBD
4. RC para implementar uma IEC ambiental ao nível nacional e local é imperativo

- Investigação

1. Criar iniciativas de integração de cientistas numa rede interdisciplinar, de investigação integrada para a abordagem da problemática ambiental
2. Elaboração e implementação de Programas de investigação com reforço das componentes Inventários, funções do ecossistemas, CUS-BD e gestão dos RN, em função das orientações da CBD
3. Identificação de áreas de convergência para a investigação integrada
4. Capitalização de experiências existentes
5. Elaboração e implementação de Programas de investigação com reforço das componentes Inventários, funções do ecossistemas, CUS-BD e gestão dos RN, em função das orientações da CBD
6. Identificação de áreas de convergência para a investigação integrada
7. Capitalização de experiências existentes;
8. Dinamizar a participação de Cabo Verde nas iniciativas regionais de conservação

- E ainda em matéria de implementação

1. RC para a abordagem integrada e participativa da conservação com especial atenção para os níveis local e sistémico
2. Uma abordagem via micro- finanças da implementação local como forma de motivação local da organização e de envolvimento dos privados

III.1.3. NECESSIDADES EM REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CCD

Introdução

- O reforço das capacidades é um processo de longo prazo que privilegia o desenvolvimento endógena das estruturas nacionais, por conseguinte a visão linear e descontinua *dos projectos* que tiram recursos/proveitos das estruturas deve ceder o lugar para uma visão mais integrada onde são *os projectos* que devem se adaptar a estrutura para reforça-la.

- Foram inventariados no Relatório de Perfil Temático CCD, os pontos fortes, pontos fracos da implementação da CCD em Cabo Verde. Foram também identificadas as necessidades prioritárias para o reforço das capacidades nacionais para implementação mais eficiente e contínua da CCD e outras Convenções de Rio (CBD e CCC).

- É fundamental proceder à *uma revisão estratégica* na implementação das Convenções de Rio (CCD, CBD, CCC) no contexto particular de Cabo Verde e no quadro da Gestão Ambiental Global.

A semelhança dos outros AMA (Acordos Multilaterais sobre o Ambiente) e especificamente as Convenções do RIO (CBD, CCC), foram identificadas as necessidades prioritárias para o RC no âmbito da CCD.

Necessidades globais e prioritárias para a continuidade da implementação da CCD

1. - Necessidade de um reforço mais importante das capacidades de mobilização de recursos.
2. - Necessidades de reforçar as instituições técnicas nacionais e entidades locais nos domínios da gestão, seguimento e avaliação.
3. - Necessidade de Integração dos diferentes planos e programas num Plano Nacional de Gestão Ambiental, parte integrante duma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Durável.
4. - Necessidade de um Regulamento de funcionamento do CNA
5. - Necessidade de uma redefinição do papel da ONC e reforço técnico-financeiro no âmbito da CCD e no quadro do CNA.
6. - Necessidade de Reforço das ONG's enquanto Actores da CCD e portadores do PANA II e não simplesmente como beneficiários do "processo".
7. - Necessidade de actualizar determinadas leis para a gestão ambiental.
8. - Necessidade de implementar um Fórum inter - activo e de facilitar o seu acesso e utilização a todos os actores e parceiros.

9. - Necessidade de criação de mecanismos de seguimento e avaliação da implementação das decisões saídas dos debates nacionais e/ou locais.
10. - Dar uma nova dinâmica e ênfase ao IEC, com uma abordagem mais “participativa”, sobretudo na vertente gestão ambiental que deve ser mais abrangente, em termos institucional e de domínios.
11. - Necessidade de uma forte interiorização dos conceitos e procedimentos da convenção CCD e dos seus instrumentos.
12. - Necessidade de estudos e meios técnicos complementares para implementação de uma BD ampla dos conhecimentos tradicionais no processo de LCD.
13. - Necessidade de revisar os processos de selecção e priorização dos projectos nacionais e locais. As avaliações contínuas, a meio - percurso e/ou finais são necessárias para o efeito, através um sistema de S&A permanente e fiável.
14. - Necessidade duma avaliação quantitativa de determinados parâmetros e uma análise mais aprofundada do impacto das actividades de LCD e efeitos da seca, tanto no meio rural, como no peri - urbano e urbano.
15. - Necessidade de uma aplicação em larga escala da Observação Sistemática da degradação das terras.
16. - Necessidade de uma forte capitalização da CCD em Cabo Verde para reforçar o PANA II.
17. - Necessidade de reforço das capacidades técnicas das populações através do IEC. É preciso habilitar as populações através dos conhecimentos ambientais através do PANA II e das Convenções.
18. - Necessidade de dar continuidade no processo de capacitação ambiental e procurar ou reforçar a adequação entre saber e saber-fazer com as prioridades e necessidades práticas no terreno.
19. - Necessidade de um mecanismo de mobilização dos recursos reservados ao PANA II e atribuição efectiva de uma porção consequente destes recursos para a LCD através do PAN.
20. - Procurar alternativas ou outros meios de existência, para as populações, para evitar as agressões ambientais e poupar os RN.
21. - Reactualizar e reforçar o SID nacional, o SIG Nacional, dentro do SIA, enquanto bases de dados de referência espacial / instrumentos de gestão dos projectos do PANA II.
22. - Necessidade de reforçar o Seguimento/Avaliação /Monitorização em termos operacionais.

23. - Necessidade de proceder a capacitação especializada dos quadros, técnicos e actores nacionais e locais.

Domínios – chaves e níveis de intervenção

- No quadro do Estudo do Perfil Temático da CCD, e dos principais domínios focalizados aos três níveis Individual (1) - Institucional (2) e Sistémico (3), destacamos os seguintes, com algumas necessidades prioritárias de reforço das capacidades:

- Legislação

1. Reforço das capacidades individuais em matéria de legislação ambiental para melhorar o quadro legislativo e facilitar a futura implementação das convenções, e ao mesmo tempo aproveitar melhor as oportunidades de capacitação, em forma sistemática e contínua (Convenções de Rio, Protocolos de Cartagena, Quioto, por exemplo);

2. Reforço das capacidades institucionais em matéria de legislação ambiental. Promoção da implementação de um núcleo nacional de juristas, legisladores e negociadores especializados nas convenções / acordo internacionais e a gestão ambiental global;

3. O quadro legal necessita ser revisado, ampliado, reforçado, de acordo com o desenvolvimento das Convenções para sua actualização e fácil implementação em Cabo Verde. Necessidade de um reforço das capacidades e dos conhecimentos dos decisores, negociadores e planeadores do desenvolvimento em função da revisão e controlo da implementação da CCD e outras Convenções de RIO.

- Organização

1. - Reforço das capacidades técnicas, de enquadramento dos PFs no contexto da CCD;
- Estabelecimento de sinergias entre as convenções;
- Necessidade de criar uma estrutura formada por técnicos especializados por exemplo, em gestão dos RN, conservação e protecção ambiental, planeamento, legislação, economia, SIG, Seguimento e Avaliação técnico e científico.

2. - Reforço das capacidades institucionais das Entidades – Chaves da CCD e de todos os parceiros estratégicos para a implementação da CCD e das outras convenções;
- Necessidade de reforçar as capacidades da DGA enquanto Entidade mobilizadora e instrumento dinamizador responsável da coordenação para implementar as Convenções e nomeadamente a CCD;
- Reforço da sustentabilidade das instituições para a implementação da CCD;
- Reforço das capacidades para o desenvolvimento de uma estratégia de integração das instituições, participativa, para a implementação da CCD (a integração sectorial e sua ligação com os utilizadores directos dos RN).

3. Criação de um núcleo de assessoria técnica especializada de alto nível, junto da CNA e DGA para reforço das capacidades das estruturas e parceiros estratégicos da CCD e outras convenções. O núcleo será especializado nas negociações, gestão, seguimento das Convenções.

- Formação

1. Necessidade de uma Estratégia Nacional de formação e capacitação na implementação e seguimento das Convenções ambientais, aos vários níveis: formal e académica (médio e superior), profissionalizante e de capacitação especializada;
2. Reforço das capacidades de planificação e desenvolvimento estratégicos ligadas com as Convenções ambientais de Rio;
3. – Reforço das capacidades dos decisores e planeadores estratégicos em matéria da implementação da Convenções
 - Capitalização e divulgação ao nível nacional e local dos conhecimentos e resultados da implementação das Convenções
 - Reforço imperativo da IEC em gestão ambiental ao nível nacional e local.

- Investigação

1. Desenvolvimento e reforço de iniciativas de integração de cientistas numa rede interdisciplinar, de investigação nacional e internacional para a abordagem da problemática da gestão ambiental;
2. - Elaboração e implementação de Programas de investigação com reforço das componentes inventários, funções dos ecossistemas, gestão dos RN, Conservação Sustentável, Eco – desenvolvimento, em função das orientações e exigências as Convenções CCD, CBD, CCC;
 - Identificação das áreas de convergência para a investigação integrada;
 - Capitalização de experiências existentes.
3. - Elaboração e implementação de Programas de investigação com reforço das componentes inventários, funções dos ecossistemas, gestão dos RN, Conservação Sustentável, Eco – desenvolvimento, em função das orientações e exigências as Convenções CCD, CBD, CCC
 - Identificação das áreas de convergência para a investigação integrada
 - Capitalização de experiências existentes.

III.2. NECESSIDADES DE REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO CONJUNTA DAS CONVENÇÕES DO RIO (CCD, CBD, CCC)

Contexto

A análise da implementação das Convenções em Cabo Verde revelou através dos Perfis temáticos uma série de problemas e estrangimentos dos quais destacamos os mais significativos:

- Limitações ou insuficiências de Sinergias entre as Convenções do RIO e os Programas/Projectos Maiores de Desenvolvimento Nacional e Local
- Ausência de Transversalidade Dinâmica Inter – Sectoriais e de Inter Disciplinaridade;

- ❑ Ausência ou inexistência de Coordenação entre as Estruturas de Implementação ao nível nacional e local;
- ❑ Ausência de um Plano Integrado de Comunicação Ambiental;
- ❑ Limitações ou insuficiências nos conhecimentos das oportunidades das Convenções, mecanismos de financiamentos ou procedimentos dos parceiros
- ❑ Problemas de infra estruturas, meios materiais e equipamentos
- ❑ Ausência de ligações entre Avaliação Ambiental e as Convenções;
- ❑ Problemas de recursos financeiros e na mobilização dos financiamentos

O Reforço das Capacidades deve basear nas disposições e medidas para aumentar as capacidades dos indivíduos, instituições e sistemas, para aplicarem as decisões e assumirem as suas funções e responsabilidades de forma eficaz, eficiente e viável, no quadro de *uma estratégia de desenvolvimento durável*.

No domínio do ambiente, o desenvolvimento e reforço das capacidades tem como suporte os princípios básicos seguintes ou sejam: por um lado, a **abordagem sistémica, por definição global e inter-sectorial**, permita o “*ciblage*” dos problemas e bloqueios antes de propor soluções adaptadas; por outro lado a **abordagem estratégica** que, em matéria de reforço das capacidades, **visa o longo prazo**.

Com base o “*ANCR 2003 – Kit de Ressources do GEF, PNUD, PNUE*”, a análise transversal e o balanço da implementação das três convenções em Cabo Verde realçaram múltiplas necessidades e acções prioritárias de reforço das capacidades.

Objectivo

- O principal objectivo da Avaliação Intersectorial é de identificar as forças, constrangimentos e necessidades prioritárias em matéria de capacidades Intersectoriais assim como as oportunidades (prioritárias) de ligações e sinergias entre as Convenções.
- A Avaliação Intersectorial visa também a identificação das questões de capacidades comuns necessárias para a Gestão do Ambiente Mundial e Nacional: vários países procuram actualmente integrar os AME na planificação e orçamentação do Desenvolvimento Durável através de iniciativas como o ODM, DSCR, SMDD, PANA, PND. O Reforço das capacidades ambientais pode contribuir para uma melhor integração sinérgica.

A Avaliação Intersectorial constitui a base para o Plano de Acção que recomendara as acções de reforço das capacidades necessárias para responder as necessidades intersectoriais de capacidades e promover as sinergias (“*ANCR 2003 – Kit de Ressources do GEF, PNUD, PNUE*”).

Metodologia

- A abordagem da avaliação das necessidades de reforço das capacidades das três Convenções foi a seguinte:

- ❑ Analise das necessidades de reforço das capacidades específicas para implementação a cada Convenção;
- ❑ Analise das acções e medidas para remediar as insuficiências na sua implementação em Cabo Verde
- ❑ Identificação das necessidades de reforço das capacidades para implementação comum das três Convenções e medidas de acompanhamento;
- ❑ Estabelecimento da Transversalidade e das Sinergias de acções comuns as três Convenções, para o reforço das capacidades nacionais e locais em Cabo Verde.

- Com base as Matrizes dos perfis temáticos (CCD, CBD, CCC), foram elaborados três documentos:

1. Matriz de Identificação das forças, constrangimentos e necessidades prioritárias de capacitação ao nível individual, institucional e sistémico e, as oportunidades prioritárias para estabelecer, ligações e sinergias entre as convenções do RIO

2. Lista das necessidades prioritárias de capacitação prioritárias e ligações e sinergias convergentes para a gestão nacional e global do ambiente e desenvolvimento durável

3. Matriz dos Eixos de Convergência entre as três Convenções do Rio

- Necessidades Gerais Convergentes:

- ❑ RC para a avaliação, monitorização, sistematização, seguimento dos resultados de implementação de programas, planos, projectos e iniciativas em função da implementação das Convenções;
- ❑ RC visando identificar, sistematizar e capitalizar os projectos que tem tido sucesso na implementação das Convenções. Identificar as boas e más praticas de conservação e gestão dos RN;
- ❑ RC para planificação estratégica das instituições envolvidas (DGA, INIDA, INDP, IMP, INRH, INMG, DGOT, etc.) na implementação das 3C (Três Convenções do RIO);
- ❑ RC para implementação da **visão integrada do desenvolvimento sustentável**, sua integração efectiva dentro das estratégias nacionais, como eixo fundamental da trilogia do desenvolvimento sustentável (sustentabilidade ecológica, económica e social);
- ❑ RC para a integração interinstitucional e interdisciplinar da implementação das três convenções;
- ❑ RC e apoio técnico especializado para a implementação das orientações de conservação e uso sustentável nos instrumentos descentralizados do PANA (PAIS, PAM),
- ❑ RC para a mobilização de fundos (Fundo Ecológico, Fundo Nacional para o ambiente) para a implementação das 3C, com uma visão estratégica nacional de desenvolvimento sustentável: um plano nacional de desenvolvimento sustentável (PNDS).

- ❑ Necessidade de desenvolvimento e RC profissionais especializadas, de acordo com as acções identificadas como prioritárias dentro das linhas/medidas de orientação, definidas como estratégicas para a implementação das 3C
- ❑ RC para identificar as oportunidades e mecanismos que podem ser aproveitados no âmbito da cooperação internacional;
- ❑ RC para a gestão do conhecimento e aproveitamento das oportunidades existentes de cooperação e transferência de tecnologias, em bases equitativas e justas, em função da implementação das 3C;
- ❑ RC de trabalho integrado e de construção de sinergias das 3C a todos os níveis;
- ❑ RC de assessoria técnica para a integração do princípio de CUS-BD, de implementação de praticas ecologicamente viáveis de desenvolvimento económico, na implantação dos instrumentos de politica estratégica (luta contra a pobreza, politica alimentar, pesca, agricultura, comercio, saúde etc)
- ❑ RC das entidades, grupos ou indivíduos envolvidos, para a implementação integrada e sinérgica das três convenções de Rio, em função do desenvolvimento sustentável;
- ❑ RC para a co-gestão como abordagem de implementação estratégica apropriada para Cabo Verde, que permite a integração de elementos tais como planificação, monitorização, avaliação interactiva e adaptativa, e que pode proporcionar uma plataforma para as micro - finanças como ferramenta de apoio para CUS-BD e as três Convenções do Rio;
- ❑ RC para o estabelecimento de um programa nacional de EIC para a implementação das 3C e a gestão global do ambiente em Cabo Verde;
- ❑ RC para a implantação de um sistema de gestão ambiental integrado incluindo os SSQA, o SIG, um Sistema de Gestão Ambiental Empresarial (SGAE) baseado num quadro legal actualmente inexistente;
- ❑ RC para estabelecimento de processos de gestão integrada das áreas protegidas existentes tanto terrestres como marinhas;
- ❑ RC institucional para a fiscalização e controlo da implementação da legislação de controlo das espécies e da qualidade ambiental no âmbito das 3C (introdução de exóticos, espécies invasoras, introdução de transgénicos, exportação de biodiversidade, fiscalização e controlo da regulamentação das áreas protegidas marinhas, etc);
- ❑ RC locais para a introdução de boas praticas de utilização dos RN e erradicação de praticas irracionais (apanha de areia, destruição das falesas e encostas para extracção de inertes, apanha de lenha, pesca com dinamite, uso das garrafas de ar comprimido)
- ❑ RC para identificação, analise e concertação na implementação de projectos visando introduzir actividades económicas inovadoras de uso dos RN;
- ❑ RC para o desenvolvimento da investigação interdisciplinar nas instituições que desenvolvem propostas de medidas de gestão dos RN;
- ❑ RC das instituições fiscalizadoras para uma abordagem integrada da fiscalização, juntamente com as instituições locais administrativas ou de investigação ligadas ao ambiente, e com os privados (armadores de pesca);
- ❑ RC dos actores na implementação de práticas alternativas, geradoras de rendimento, de US dos RN, tanto ao nível local, institucional como sistémico;
- ❑ RC para a identificação e gestão participativa de áreas de conservação prioritária ao nível local nas diferentes ilhas;
- ❑ RC para o envolvimento dos privados na conservação e utilização sustentável da RN ao nível local;

- ❑ RC para a Investigação integrada e procura de actividades apropriadas de CUS-BDM;
- ❑ RC para implementação do programa nacional de IEA
- ❑ Reforço das capacidades para a abordagem ecossistémica da conservação dos RN;
- ❑ RC para uma melhor compreensão da necessidade de integração da conservação numa estratégia nacional de turismo sustentável;
- ❑ RC para o desenvolvimento sistemático de observatórios como instrumentos de monitorização, avaliação e seguimento da qualidade ambiental;
- ❑ RC para a gestão integrada dos RN através do reforço dos projectos de áreas protegidas existentes;
- ❑ RC para uma melhor implementação e reforço de projectos sub - regionais e internacionais existentes (PRCM, TENATSO etc);
- ❑ RC para a abordagem integrada, sinérgica e participativa da implementação das três Convenções do RIO.
- ❑ RC para dar continuidade a implementação das 3C;
- ❑ RC para garantir a sustentabilidade económica sem por em causa a conservação e utilização sustentável dos RN e da Biodiversidade;
- ❑ RC para implementar uma estratégia de CUS-BD no contexto de transformação económica do país.

- Necessidades Convergentes de acordo com os domínios - chaves :

• Organização

- ❑ Reforço das capacidades técnicas e institucionais dos PF no contexto das 3C;
- ❑ Reforço das capacidades institucionais dos parceiros estratégicos para a implementação das 3C;
- ❑ RC da DGA, instrumento dinamizador responsável da coordenação para implementar as 3C;
- ❑ Reforço da sustentabilidade das instituições – chaves técnicas e financeiras para a implementação das 3C;
- ❑ RC para o desenvolvimento de uma estratégia de integração participativa das instituições para a implementação das 3C;
- ❑ RC das estruturas e parceiros estratégicos das 3C, através de um núcleo de assessoria técnica especializada de alto nível junto do CNA e DGA;
- ❑ RC para identificar e implementar os pontos de sinergia e transversalidade existentes entre PND, DECRP e o PANA, assim como entre os ENPA's com os PN sectoriais no quadro das 3C;

• Legislação

- ❑ RC em matéria de legislação ambiental para melhorar o quadro legislativo e facilitar a futura implementação das 3C, e ao mesmo tempo aproveitar melhor as oportunidades de capacitação, de forma sistemática e contínua;
- ❑ RC de juristas especializados nos AMA (Acordos Multilaterais Ambientais) e a Gestão Ambiental Global;

- ❑ RC dos decisores e planeadores do desenvolvimento de acordo com a estratégia de revisão e controlo da implementação das Convenções Ambientais Internacionais (3C);

- Formação

- ❑ Um Plano de RC de quadros para implementação das linhas identificadas como estratégicas na implementação do Programa NCSA em Cabo Verde;
- ❑ RC de planificação estratégica das instituições envolvidas na implementação do Programa NCSA
- ❑ RC ministeriais e sectoriais em matéria da implementação das Convenções Ambientais Internacionais (3C) e do Programa NCSA;
- ❑ RC para a implementação de uma Estratégia e Plano de Acção de IEC ambiental ao nível nacional e local

- Investigação

- ❑ Desenvolver iniciativas de integração de cientistas numa rede interdisciplinar de investigação integrada, para a abordagem da problemática da gestão ambiental;
- ❑ Capitalização de experiências existentes no quadro das 3C;
- ❑ Identificação de áreas de convergência para a investigação integrada no âmbito das 3 C;
- ❑ Dinamizar a participação de Cabo Verde nas iniciativas regionais e internacionais de implementação dos AMA e no reforço das redes de investigação existentes;

- Matriz de Convergência das 3C

De acordo com a metodologia proposta, seguem os Documentos – Matrizes da transversalidade e sinergias entre as três Convenções (3C).

MATRIZ Nº 1: Identificação das forças, constrangimentos e necessidades prioritárias de capacitação ao nível individual, institucional e sistémico e, as oportunidades prioritárias para estabelecer, ligações e sinergias entre as convenções do RIO

	ORGANIZAÇÃO			
NÍVEIS	PONTOS FORTES,	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	<p>Pontos focais nacionais para as convenções; Equipas técnicas para o ambiente</p> <p>Capacidades humanas técnicas amplamente desenvolvidas</p>	<p>O perfil técnico dos PFs não corresponde/responde as necessidades ou exigências das convenções, há necessidade de reforçar as suas <i>expertise/capacidades de resposta</i></p> <p>Não existem sinergias entre os PF e as equipas técnicas para a implementação das convenções</p>	<p>As convenções internacionais, o GEF, cooperação internacional</p> <p>MDG GEF</p> <p>PRCM, PCMC, Cooperação internacional</p> <p>Todas as convenções internacionais; programas e projectos internacionais e regionais</p>	<p>- Reforço das capacidades técnicas, de enquadramento dos PFs e as equipas técnicas;</p> <p>- Estabelecimento de sinergias, integração, troca e partilha de informações etc...;</p> <p>- Reforço dos recursos humanos em quantidade e em matéria de capacidade para o desempenho eficaz da função;</p> <p>Necessidade de reforço das capacidades no domínio das convenções;</p> <p>Reforço de capacidades para a planificação ambiental estratégica e em equipa, participativa, integrada etc...</p>
INSTITUCIONAL	<p>Estratégias e Planos de acção nacionais de implementação das convenções</p>	<p>Implementações isoladas, falta de envolvimento das instituições parceiras; limitação na capacidade de resposta das instituições envolvidas, desde a coordenação (CNA, DGA, INMG, SNPC...) ate o nível local de implementação (CMs, ETMAs, ONGs, associações locais...</p> <p>Falta de um plano de identificação das necessidades de quadros profissionais de acordo com as necessidades de cada instituição</p>	<p>As convenções internacionais, o GEF, cooperação internacional</p> <p>MDG GEF</p> <p>PRCM, PCMC, Cooperação internacional</p> <p>Todas as convenções internacionais; programas e projectos internacionais e regionais</p>	<p>Reforço das capacidades das instituições nacionais para a gestão ambiental global;</p> <p>Reforço da sustentabilidade institucional;</p> <p>Reforço das capacidades de negociação ao nível internacional e de tomada de decisões;</p>
SISTEMICO	<p>Planos estratégicos agricultura, recursos hídricos,</p>	<p>Embora tenhamos um PND que toma em conta a componente ambiental</p>	<p>As convenções internacionais, o</p>	<p>Integração da componente ambiental nos</p>

	<p>luta contra pobreza, educação, energia, segurança alimentar, pesca, PND, ...</p> <p>Programas de cooperação nacionais, regionais e internacionais que envolvem as três convenções NCSA PRCM NAPA PASR-PAR CCLME TENATSO ROSEL</p> <p>Cabo Verde faz parte dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PIED)</p> <p>Existência de um sistema de gestão de apoio orçamental (Grupo de apoio orçamental, Banco Mundial, União Europeia, Holanda, Áustria, Espanha)</p>	<p>tem fortes limitações em termos de integração dos três elementos de sustentabilidade ambiental (ecológica, económica e social) na política nacional; Falta de concertação institucional e sistémica na elaboração dos planos estratégicos;</p> <p>Não existe um plano nacional de desenvolvimento sustentável, que integre de forma sinérgica as três convenções do Rio</p> <p>Não existe sinergias entre os programas; partilha de informação, integração de actividades, de apoio técnico, transferência de conhecimento técnico científico etc.</p> <p>Não tem aproveitado as oportunidades relativamente aos recursos financeiros, desenvolvimento científico e transferência de tecnologia.</p> <p>A componente ambiental não foi reforçada</p>	<p>GEF, cooperação internacional</p> <p>MDG GEF</p> <p>PRCM, PCMC, Cooperação internacional</p> <p>Todas as convenções internacionais; programas e projectos internacionais e regionais</p> <p>Cabo Verde enquanto SIDS (<i>Small Island Development State</i>), tendo acesso ao <i>Multilateral Environmental Agreements (MEA)</i>, e como membro da <i>AOSIS (Aliança dos Pequenos Estados Insulares)</i>,</p>	<p>planos sectoriais;</p> <p>Coerência entre documentos estratégicos e as linhas prioritárias de implementação das convenções;</p> <p>Elaborar e implementar uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável</p>
--	--	---	--	---

	<p>Cumprimento por Cabo Verde de parte dos objectivos prioritários do MDG. O objectivo 7 está parcialmente desenvolvido na política ambiental nacional</p>	<p>Não foi avaliado os custos ambientais do desenvolvimento, tendo em conta a vulnerabilidade do país</p>		<p>Que seja contemplando no orçamento do estado (OE) a implementação das três convenções de Rio;</p> <p>A estratégia adoptada por Cabo Verde deve estar em sintonia com os ODM, nomeadamente, no seu <u>Objectivo 7</u> – Assegurar / Garantir a sustentabilidade ambiental; e <u>Meta 9</u> : Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a tendência de perda de recursos ambientais.</p>
--	--	---	--	--

INVESTIGAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO				
NÍVEIS	PONTOS FORTES,	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	Pessoal com alto nível de qualificação em áreas específicas relacionadas com o ambiente	Perfil profissional não adequado para a implementação das convenções Ausência de profissionais especializados em Física da atmosfera	As convenções internacionais, o GEF, cooperação internacional	Adequação eficaz das acções de capacitação ao perfil dos profissionais Especialização nas áreas específicas para implementação das Convenções Criação e Implementação de uma rede nacional de cientistas, investigadores na área ambiental
INSTITUCIONAL	As instituições envolvidas possuem eixos de conservação ambiental O ordenamento do território está contemplado nos planos estratégicos e programas de desenvolvimento e ambiente Existência de uma instituição de coordenação da investigação para a CBD: DGA, DGOT, DGASP Existência de instituições especializadas de ensino superior e investigação: ISECMAR, INMG, INGRH, ISE, INIDA, INDP, IESIG; IMP, Uni. Piaget etc. Programas de investigação para a CUS-BD em desenvolvimento (PNCBD marinha) O PANA orienta como Linhas de intervenção estratégica a GIZC	Descontinuidade da implementação dos programas e projectos institucionais Inexistência de laboratórios e equipamentos especializados em elementos de implementação das convenções (biotecnologia, climatologia, agro climatologia, ordenamento do território, oceanografia) Os elementos socio-económicos da gestão ambiental (conservação e utilização sustentável dos RN) não são investigados: a relação custo benefício da utilização dos RN não é referida em nenhum plano <u>Não existe uma estratégia nacional de formação de quadros para a gestão ambiental global</u>	As convenções internacionais, o GEF, cooperação internacional MDG GEF PRCM, PCMC, Cooperação internacional	Reforço das capacidades de planificação ambiental estratégica Elaboração de uma estratégia e plano de acção nacional para a investigação integrada, interdisciplinar, sustentável Deve constituir o elemento chave para o desenvolvimento de sinergias ao nível da investigação para a implementação das convenções (EIA, SIG, SIA etc...); Elaboração de um projecto de GIZC; Desenvolvimento de estudos integrados para a identificação de modelos de conservação e utilização sustentável dos

	<p>Existem pólos de absorção de inovações tecnológicas (INDP, IMP, INIDA, ISECMAR, ISE, LEC, INFARMA, ARFA, INMG, etc...</p>	<p>Ausência de linhas de orientação estratégicas nesta matéria</p> <p>Acesso e conhecimento limitados das oportunidades de financiamento existentes ao nível das instituições</p>	<p>Todas as convenções internacionais; programas e projectos internacionais e regionais</p>	<p>RN;</p> <p>Estudos de inventariação do estado actual do clima, dos ecossistemas, em Cabo Verde;</p> <p>Estudos custos benefícios da utilização actual dos RN;</p> <p>Criação da plataforma nacional para a prevenção de riscos (vulcanologia, sismologia, inundações, derrames);</p> <p>Implementação de uma rede de observação sistemática no domínio das Convenções</p> <p>Elaboração e implementação de um Plano Estratégico para a Inovação e transferência de Tecnologias.</p> <p>Reforço concertado das capacidades no domínio das negociações internacionais nesta matéria.</p>
SISTEMICO	<p>Existência de programas, projectos e iniciativas nacionais e regionais: TENATSO, PGIPAP, PCMC- CV; SIA, SSQA; ROSELT programa regional de adaptação às MC nas zonas costeiras em Africa do Oeste - GEF; PRCM, CCLME;</p>	<p>As instituições envolvidas têm pouca consciência das potencialidades dos projectos e do seu papel dinamizador dos processos do seu desenvolvimento</p> <p>Limitações no aproveitamento das oportunidades de investigação ao nível regional e global</p> <p>Limitações nas sinergias dos programas nacionais e regionais</p>	<p>CCLME (Grande Eco-sistema Marinho da corrente das Canárias)</p> <p>Programa regional (CSRP) (Senegal) UNESCO de formação superior para a gestão ambiental;</p> <p>Bilan prospective- PRCM</p>	<p>A sustentabilidade desses projectos passa pelo estabelecimento de fortes sinergias (mecanismos de coordenação, avaliação e monitorização) entre as instituições envolvidas.</p> <p>Identificação pelas instituições nacionais dos potenciais projectos que poderão ser apresentados.</p> <p>Integração nos programas regionais de formação superior para a gestão ambiental.</p>

LEGISLAÇÃO				
NÍVEIS	PONTOS FORTES,	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	Existe um potencial humano de qualidade	Falta de especialistas jurídicos na área da implementação das convenções e da gestão ambiental global	As convenções internacionais	Um plano de formação de quadros especializados nas áreas prioritárias para a implementação das convenções e da gestão global do ambiente
INSTITUCIONAL	Existem juristas dentro das instituições responsáveis do ambiente Existência de uma variedade de instituições com intervenção na fiscalização e controlo para o cumprimento das obrigações das convenções	Legislação inadequada a afectação actual dos recursos humanos; Falta de meios e equipamentos para implementação da legislação, monitorização do cumprimento das leis ambientais;	As convenções internacionais	Revisão da legislação que suporta a afectação de recursos humanos, no sentido de adequá-la à realidade actual;
SISTEMICO	Um contexto legal favorável à implementação das convenções	Leis incompletas ou com falta de regulamentação	As convenções internacionais	Necessidade de reforço das capacidades dos políticos decisores e planificadores para a implementação das convenções do Rio

INFORMAÇÃO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
NÍVEIS	PONTOS FORTES,	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	Capital humano com capacidades técnicas	Falta de quadros especializados na área do IEC- para o Ambiente	As convenções internacionais PANA GLOBE PRCM	Elaboração e implementação de um Plano Estratégico Nacional de formação e comunicação para o ambiente Elaboração e implementação de uma Estratégia Nacional de formação de quadros abrangendo os diferentes níveis.
INSTITUCIONAL	Desenvolvimento de variadas iniciativas de reforço das capacidades que tem fortalecido as capacidades institucionais para a implementação das convenções internacionais; Existência de um programa GLOBE- programa de formação, educação e comunicação para o ambiente; Existência de suporte técnico e materiais para a educação	Não existe capitalização dos conhecimentos adquiridos, especialmente ao nível local		Introduzir a temática das convenções intencionais nas curriculas escolares e universitárias;
SISTEMICO	Existência do SIA dentro na DGA	Este projecto não atinge as comunidades locais		Necessidade de transformar o SIA num instrumento de integração para a EIC ambiental,

PARCERIAS E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO				
NÍVEIS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	Existência de ONGs ambientais e associações locais	Falta de comunicação e concertação ao nível dos parceiros locais (ONGs e OSC) Limitações de financiamento para implementação dos PAMs	PAMs PMLCP	<p>Avaliação, capitalização e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais ao nível local</p> <p>Intercambio de informações através de meios informais</p> <p>Criação de uma comissão de parceiros internacionais de apoio técnico e financeiro para a implementação das convenções e gestão global para o ambiente, ao nível local</p>
INSTITUCIONAL	Os programas interinstitucionais em execução: TENATSO, ROSELT, NCSA Os acordos bi e multilaterais;	Deficiente trabalho interinstitucional, limitações de comunicação, partilha de informação, apoio técnico etc...	NEPAD, Acordo EU-ACP de COTONOU, GEF, GIRE, Banco Mundial, grupo de apoio orçamental a Cabo Verde, MCA, PRCM	<p>Reforço das capacidades de trabalho em equipa e parcerias para a implementação das convenções internacionais e gestão global ambiental</p> <p>Os acordos bi e multilaterais;</p> <p>Criação de uma comissão de parceiros internacionais de apoio técnico e financeiro para a implementação das convenções e gestão global para o ambiente, ao nível institucional</p>
SISTEMICO	<p>Existência de Planos estratégicos agricultura, recursos hídricos, luta contra pobreza, educação, energia, segurança alimentar, pesca, PND, ...</p> <p>Programas de cooperação nacionais, regionais e internacionais que envolvem as três convenções NCSA PRCM NAPA PASR-PAR CCLME TENATSO ROSELT</p> <p>Cabo Verde faz parte dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PIED) Os acordos bi e multilaterais;</p>	Os documentos estratégicos apresentam limitações na abordagem para a implementação das convenções o que se reflecte negativamente no estabelecimento das parcerias sustentáveis (mecanismos de integração e sinergia não definidos)	NEPAD, Acordo EU-ACP de COTONOU, GEF, GIRE, Banco Mundial, grupo de apoio orçamental a Cabo Verde , MCA, PRCM	<p>Mobilização dos fundos e estabelecimento de parcerias para transferência de tecnologias e know how, no âmbito dos acordos internacionais e regionais</p> <p>Criação de uma comissão de parceiros internacionais de apoio técnico e financeiro para a implementação das convenções e gestão global para o ambiente, ao nível nacional</p>

ABORDAGEM PARTICIPATIVA				
NÍVEIS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	Capacidades individuais desenvolvidas: Existe ao nível de algumas ONGs, ACBs e OSCs, apropriação da metodologia; ADAD, MORABI, CITI – HABITAT; Atelier Mar; AMIPAUL etc...	Esta metodologia não é aplicada na implementação das convenções internacionais nem na gestão global do ambiente. Limitações financeira	As convenções internacionais PANA (PAM, PAIS) PRCM-IUCN sub-regional	Avaliação das necessidades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais ao nível local, utilizando a abordagem de gestão participativa dos RN Promover a pesquisa-acção para o reforço das capacidades em gestão participativa dos RN (Acções participativas de investigação). Envolvimento-integração das bases no seguimento e avaliação da implementação do processo participativo na gestão ambiental – Avaliação participativa
INSTITUCIONAL	Capacidades individuais desenvolvidas	Existe iniciativas participativas sectoriais, porem os processos não tem continuidade; nem temos uma abordagem participativa da planificação global	As convenções internacionais PANA (PAM, PAIS) PRCM-IUCN sub-regional	Avaliação das necessidades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais ao nível local, utilizando a abordagem participativa Reforço das capacidades em gestão participativa dos RN
SISTEMICO	Existem iniciativas de abordagem participativa desenvolvidas no início da implementação das Convenções e projectos internacionais	Não existe apropriação da abordagem participativa neste nível; não existe uma sensibilidade para a utilização deste método como verdadeira ferramenta de apoio para a implementação das convenções internacionais e a gestão global do ambiente	As convenções internacionais PANA (PAM, PAIS) PRCM-IUCN sub-regional	Avaliação das necessidades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais ao nível local, utilizando a abordagem participativa Reforço das capacidades em gestão

				participativa dos RN
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO para a CUS-RN				
NÍVEIS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	Existência de capacidades nacionais e <i>expertise</i> na área	No PANA o ordenamento do território é tratado sem ter em conta a vertente ambiental (conservação e gestão sustentável dos recursos naturais), priorizando a vertente económica e deixando fragilizada a vertente ecológica.	As convenções internacionais PANA (PAM, PAIS) PRCM-IUCN sub-regional PAIS-Ordenamento do território	Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica do ordenamento do território no âmbito das convenções internacionais, de forma a promover a gestão sustentável dos recursos ambientais.
INSTITUCIONAL	Existe uma estrutura para o ordenamento do território (DGDOT- Min. Da descentralização e ordenamento do território -MDOT); Existem instrumentos potenciais de apoio ao OT: SIG (INIDA) SIA (DGA), Existem programas e planos de acção que orientam para o OT (PANA II, PAMs; EROTs etc.; Existência de ortofotomapas	A instituição responsável pelo Ordenamento do Território está mal situada Não existe coordenação, integração, troca de informações etc...., entre os diferentes instrumentos existentes	As convenções internacionais PANA (PAM, PAIS) PRCM-IUCN sub - regional PAIS- Ordenamento do território	Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica do ordenamento do território no âmbito das convenções internacionais, de forma a promover a gestão sustentável dos recursos ambientais. Necessidade de transformar o SIA num instrumento de integração para a EIC ambiental, ordenamento do território, SIG, SSQA(sistema de seguimento da qualidade ambiental) /SS(sistema de seguimento) Ecológico, observação sistemática SGA (sistema de gestão ambiental) empresarial
SISTEMICO	Existem documentos e planos estratégicos nacionais que orientam para o OT	Não existe uma articulação equilibrada entre as vertentes económica, social e ecológica na aplicação da política de OT	As convenções internacionais PANA (PAM, PAIS) PRCM-IUCN sub-regional PAIS-Ordenamento do território	Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica do ordenamento do território no âmbito das convenções internacionais, de forma a promover a gestão sustentável dos recursos ambientais. Necessidade de transformar o SIA num instrumento de integração para a EIC ambiental, ordenamento do território, SIG, SSQA(sistema de seguimento da qualidade ambiental) /SS(sistema de seguimento) Ecológico, observação sistemática SGA (sistema de gestão ambiental) empresarial

O PANA E AS CONVENÇÕES				
NÍVEIS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	Existência de capacidades nacionais e <i>expertise</i> na área do ambiente	Mobilidade de quadros-técnicos Não há uma capitalização, partilha, restituição e nem socialização das informações e know how	As convenções internacionais PANA (PAM, PAIS) Grupo de apoio orçamental a Cabo Verde	Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais, e gestão global para o ambiente
INSTITUCIONAL	Existe uma estrutura para o ambiente; Existem instrumentos potenciais de apoio a gestão ambiental. Existem programas e planos de acção que orientam para a gestão do ambiente.	Deficiente trabalho integrado, interdisciplinar, interdepartamental, interinstitucional, limitações de comunicação, partilha de informação, apoio técnico etc...	As convenções internacionais PANA (PAM, PAIS) Grupo de apoio orçamental a Cabo Verde	Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais, e gestão global para o ambiente
SISTEMICO	PANA II	Disponibilidade financeira O PANA como está estruturado, não responde aos engajamentos definidos para a implementação das Convenções Internacionais e a gestão global para o Ambiente. Cabo Verde não utiliza as oportunidades de financiamento disponibilizadas pelos mecanismos mundiais, nomeadamente o MDL, MMM, MEA.	As convenções internacionais PANA (PAM, PAIS) Grupo de apoio orçamental a Cabo Verde	Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais, e gestão global para o ambiente

Lista das necessidades prioritárias de capacitação prioritárias e ligações e sinergias convergentes para a gestão nacional e global do ambiente e desenvolvimento durável

1. Reforço das capacidades das instituições nacionais para a gestão ambiental global;
2. Elaborar e implementar uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável
3. Criação e Implementação de uma rede nacional de cientistas, investigadores na área ambiental
4. Elaboração de uma estratégia e plano de acção nacional para a investigação integrada, interdisciplinar, sustentável
5. Desenvolvimento de estudos integrados para a identificação de modelos de conservação e utilização sustentável dos RN
6. Implementação de uma rede de observação sistemática no domínio das Convenções
7. Elaboração e implementação de um Plano Estratégico para a Inovação e transferência de Tecnologias.
8. Um plano de formação de quadros especializados nas áreas prioritárias para a implementação das convenções e da gestão global do ambiente
9. Necessidade de reforço das capacidades dos políticos decisores e planificadores para a implementação das convenções do Rio
10. Elaboração e implementação de um Plano Estratégico Nacional de formação e comunicação para o ambiente
11. Necessidade de transformar o SIA num instrumento de integração para a EIC ambiental,
12. Criação de uma comissão de parceiros internacionais de apoio técnico e financeiro
13. Avaliação das necessidades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais ao nível local, utilizando a abordagem de gestão participativa dos RN
14. Reforço das capacidades em gestão participativa dos RN
15. Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica do ordenamento do território no âmbito das convenções internacionais, de forma a promover a gestão sustentável dos recursos ambientais.
- 16.** Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais, e gestão global para o ambiente.

MATRIZ Nº 2 : Eixos de Convergência entre as três Convenções do Rio

Necessidades prioritárias de capacitação	Domínios de convergência					
	Desenvolvimento e transferência de tecnologias A	Informação, Educação e Comunicação B	Investigação e observação sistemática C	Reforço das capacidades D	Impactos e adaptação E	Planificação estratégica e reporting F
17. Reforço das capacidades das instituições nacionais para a gestão ambiental global;						
18. Elaborar e implementar uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável						
19. Criação e Implementação de uma rede nacional de cientistas, investigadores na área ambiental						
20. Elaboração de uma estratégia e plano de acção nacional para a investigação integrada, interdisciplinar, sustentável						
21. Desenvolvimento de estudos integrados para a identificação de modelos de conservação e utilização sustentável dos RN						
22. Implementação de uma rede de observação sistemática no domínio das Convenções						
23. Elaboração e implementação de um Plano Estratégico para a Inovação e transferência de Tecnologias.						

24. Um plano de formação de quadros especializados nas áreas prioritárias para a implementação das convenções e da gestão global do ambiente						
25. Necessidade de reforço das capacidades dos políticos decisores e planificadores para a implementação das convenções do Rio						
26. Elaboração e implementação de um Plano Estratégico Nacional de formação e comunicação para o ambiente						
27. Necessidade de transformar o SIA num instrumento de integração para a EIC ambiental, ordenamento do território, SIG, SSQA(sistema de seguimento da qualidade ambiental) /SS(sistema de seguimento) Ecológico, observação sistemática SGA (sistema de gestão ambiental) empresarial						
28. Criação de uma comissão de parceiros internacionais de apoio técnico e financeiro						

29. Avaliação das necessidades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais ao nível local, utilizando a abordagem de gestão participativa dos RN						
30. Reforço das capacidades em gestão participativa dos RN						
31. Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica do ordenamento do território no âmbito das convenções internacionais, de forma a promover a gestão sustentável dos recursos ambientais.						
32. Avaliação das necessidades, definição das prioridades, capitalização das experiências e reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica das convenções internacionais, e gestão global para o ambiente						

IV. LINHAS E QUESTÕES PRIORITARIAS DE REFORÇO DAS CAPACIDADES EM GESTÃO AMBIENTAL GLOBAL

Identificou-se um conjunto de necessidades de reforço das capacidades a nível de cada Convenção específica.

A análise intersectorial focalizou, de acordo com o processo NCSA, tanto as questões de capacidade Intersectoriais como as questões comuns as diferentes Convenções. Identificou-se ainda os meios para fomentar interacções entre os sectores de intervenção das 3C e as sinergias na implementação das Convenções.

A adopção de uma abordagem global e intersectorial para o reforço das capacidades nacionais com vista a implementação das 3C traz consigo várias vantagens práticas a nível nacional e mundial.

O reforço das sinergias para a implementação das 3C ajuda a reforçar a governação nacional em matéria de ambiente para uma melhor protecção do ambiente mundial.

A análise intersectorial aprofundada das 3C bem como dos resultados dos ateliers nacionais em Mindelo (Fevereiro/2007) e Praia (Março/2007) permitira identificar e traçar linhas e questões prioritárias de RC para a implementação sinérgica das Convenções do Rio e GAG (Gestão Ambiental Global).

Seguidamente apresenta-se os quadros-resumos das orientações e eixos estratégicos definidos a nível nacional (Propostas):

Orientação estratégica da Política Ambiental Nacional

Quadro nº 5 - Resumo das Orientações Estratégicas da Política Ambiental PANA Estratégico, 2002

Linhas Gerais de Orientação	Dimensões estratégicas, prioritárias	Áreas prioritárias de intervenção
<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem integrada, - Abordagem espacial progressivo conhecimento do território; ...Planeamento (territorial, ambiental, económicos e sociais) - Convergência e sinergias, alívio da pobreza, ...Dimensão do género; - Coordenação entre as políticas ambientais,...dos diversos sectores aos três níveis - Organizar e reforçar a capacidade de intervenção aos três níveis - Informação, sensibilização educação e a formação ambiental; Reforçar as parcerias e clarificar o papel do sector privado; - Investigação científica e desenvolvimento tecnológico, - Disponibilização e atribuição de meios. 	<ul style="list-style-type: none"> - A gestão integrada dos recursos hídricos e disponibilidade da água, - A infraestruturação sanitária básica, - A conservação da biodiversidade - O ordenamento do território 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de água, através de uma gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, - Saneamento básico, incluindo a recolha, o tratamento e o destino final apropriado de resíduos sólidos - orgânicos e não-orgânicos - e de efluentes líquidos domésticos e industriais; - Gestão sustentável da biodiversidade; - Ordenamento do território, incluindo o ordenamento dos espaços urbanos e rurais, da orla costeira e das bacias hidrográficas.

Quadro nº 6 - Resumo das Orientações Estratégicas da Política Ambiental PANA II Vo. I, 2004

Visão Ambiental

Por uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, e consciente das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável.

Orientação estratégica Global: As prioridades deverão centrar-se, na **melhoria dos conhecimentos sobre a biodiversidade, em todas as suas vertentes**

Áreas prioritárias	Linhas de orientação estratégica	Sectorios estratégicos
<p>- Conservação <i>in situ</i> da Biodiversidade</p> <p>- Desenvolvimento sustentável das agricultura, pecuária, pesca, silvicultura, pastorícia e do ecoturismo</p>	<p>- Reforçar as intervenções nos domínios de conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e das zonas costeiras, da vulnerabilidade climática, ...</p> <p>- Assegurar uma abordagem espacial e temporal integrada dos problemas ambientais; Superar as carências básicas de infra-estruturas ... recolha, sistematização e divulgação de informação ... base do conhecimento do território ...; Dinamizar os instrumentos de planeamento (territorial, ambiental, económicos e sociais) ...;</p> <p>- ... convergência de sinergias no sentido da luta contra a pobreza, ... dimensão do género;</p> <p>- Organizar e reforçar a capacidade de intervenção da Administração Central, das autarquias e organizações ...;</p> <p>Assegurar a coordenação entre as políticas ambientais a todo nível;</p> <p>- a informação, sensibilização e participação ... educação e a formação ambiental;</p> <p>- Reforçar as parcerias e clarificar o papel do sector privado, clarificar responsabilidades e o papel dos actores, compatibilizar interesses</p> <p>- Dinamizar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, ...;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente e Gestão dos Recursos Hídricos; ▪ Ambiente e Saúde; ▪ Ambiente e Gestão Sustentável da Biodiversidade; ▪ Ambiente e Ordenamento do Território, Infra-estruturas, Construção Civil, Marinha e Portos; ▪ Ambiente, Educação, Formação, Informação e Sensibilização; ▪ Ambiente e Desenvolvimento Turístico; ▪ Ambiente e Agricultura, Silvicultura e Pecuária; ▪ Ambiente e Pescas; ▪ Ambiente e Indústria, Energia e Comércio.

Quadro nº 7– Eixos de orientação prioritários no domínio das convenções do Rio

Eixos de orientação prioritários BD (ENPA-BD, 1999; PANA II, PAIS-BD, 2004-2014)	Eixos de orientação prioritários CCD (objectivos específicos do PAN, 2000)	Eixos de orientação prioritários CCC (EN-PAN CCC, 2001)
<ul style="list-style-type: none"> • Melhor conhecer, inventariar e monitorizar a BD de Cabo Verde • A investigação científica no domínio da conservação e gestão sustentável dos recursos naturais • A conservação de espécies ameaçadas e/ou em perigo de extinção • Consolidação da rede de áreas protegidas –AP, e criação de novas áreas marinhas protegidas –AMP; • A gestão integrada da zona costeira – GIZC e dos recursos marinhos; • A informação, sensibilização e capacitação técnica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação interdisciplinar e integrada • Gestão integrada dos RN • Promover a participação local e o associativismo • IEC para o ambiente • Reforço da coordenação e cooperação entre parceiros • Descentralização, promover a capacidade de decisão dos municípios • Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> • Observação sistemática • Investigação, cooperação técnica e transferencia de tecnologias • Informação, sensibilização e comunicação • Utilização e valorização de energias alternativas

Princípios de orientação estratégica para a implementação das três convenções no contexto do NCSA

- ⇒ Abordagem por convergências e estabelecimento de sinergias
- ⇒ Desenvolvimento/reforço da abordagem Participativa,
- ⇒ Desenvolvimento/reforço da abordagem Integrada
- ⇒ Desenvolvimento/ Reforço das parcerias

Linhas de orientação prioritária

Dois grandes Domínios de integração da implementação do NCSA (3C):		
<ul style="list-style-type: none"> • CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTAVEL DOS RN (agricultura, pesca e turismo) <ul style="list-style-type: none"> • AS ÁREAS PROTEGIDAS/ZONAS COSTEIRAS/BACIAS HIDROGRAFICAS 		
Eixos transversais	Prioridades de intervenção/TRANSVERSALIDADES	Acções de orientação transversais
1. Investigação interdisciplinar integrada e	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação dos observatórios • GI das AP • O desenvolvimento sustentável e o ordenamento do território • Sustentabilidade ecológica e a sustentabilidade da economia artesanal 	<ul style="list-style-type: none"> • Bio-economia dos RN • As micro-finanças • Capitalização de boas práticas desenvolvidas no contexto da implementação das três convenções (DCPs de Maio, AP de FOGO, Fabrico de vinhos)
2. Gestão Integrada dos RN	<ul style="list-style-type: none"> • GI das Bacias Hidrográficas • GIZC • GI e Participativa das AP • Solos • R. hídricos • Deflorestação • • AP/MAB cabo verde 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da rede de Áreas Protegidas ⇒ Reforço do processo de estabelecimento das AP terrestres e marinhas como ferramentas de animação e capacitação local para a co-gestão, fiscalização e controlo das actividades de usos dos RN; ⇒ Dinamização do processo MAB, para as ilhas de Sal, Boavista e Maio

	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização /controlo 	<ul style="list-style-type: none"> • Capitalização de boas práticas desenvolvidas no contexto da implementação das três convenções • Promover a Gestão integrada de Zonas Costeiras • Fiscalização integrada e participativa da implementação da legislação nas AP; • Planos de conservação/uso sustentável e gestão integrada de BD e RN de importância global, regional e/ou nacional e local • As micro-finanças ligado com Estudos socio-económicos e biológico das alternativas económicas do sector artesanal (agricultura, pesca e turismos) • Consciencialização contra mas praticas de utilização dos RN (pesca dinamite, garrafa de ar comprimido, abuso de fertilizantes, uso inadequado de plantas endémicas medicinais, extracção descontrolada de inertes, má gestão dos resíduos ; • Eco-turismo
<p>3. Ordenamento do Território</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SIA ⇒ EIA ⇒ SSQA/SS Ecológico ⇒ SGA empresarial ⇒ SIG 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço do SIA e sua integração estratégica no processo NCSA
<p>4. IEC</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto SIA • Há Mar há Terra/Nós Gente • Rede de bibliotecas nacionais, institucionais e publicas • Educação ambiental nível escolar e pré-escolar, • PAIS (especificamente PAIS educação) • PAMs • Media 	<ul style="list-style-type: none"> • RC dos professores para a implementação das 3C; • RC para a implementação dos guias metodológicos das convenções e sua implementação local; • Reforço dos ETMAS e ONG

<p>5. RC para a implementação integrada/sinegica das 3 convenções</p> <p>Aos três níveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Planificação estratégica • Coordenação, Monitorização, seguimento e avaliação • G integrada • Ordenamento do território • Turismo sustentável • Mobilização de fundos • IEC • Quadro jurídico político • Fiscalização integrada/interinstitucional e participativa 	<ul style="list-style-type: none"> • RC dos PF para a integração e coordenação dos esforços das convenções no processo de implementação, seguimento e avaliação nacional dos resultados da aplicação das Convenções, • RC da DGA para Sustentabilidade Institucional em função da liderança da gestão ambiental • RC das ETMAS para a implementação das obrigações da CBD • RC institucional para o Desenvolvimento Sustentável Global • RC do grupo parlamentar ambiental/CNAmb.
<p>6. Mobilização de fundos</p>	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • As convenções • O SIDS –Small island developing states • UNFP/GEF • Cooperação Holandesa • Cooperação Francesa • UNESCO • Cooperação Brasileira • Cooperação Espanhola • Cooperação Austríaca • MCC-CV • NEPAD, acordo EU-ACP • Banco Mundial • GAO-CV • GIRE...CEDEAO/UE 	<p>Programas, projectos e iniciativas estratégicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRCM • MAB • PGIPEAP • TENATSO • SIA • Proj Ordenamento da Orla Costeira Paul, Maio e Brava <p>OBS: maior informação ver paginas 21 e 22</p>

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Conclusões

- A ligação entre o Ambiente e o Desenvolvimento Durável é determinante para um país como Cabo Verde. Os “cenários” de desenvolvimento humano e económico, tendo em conta a vulnerabilidade ambiental e no contexto de um pequeno estado insular em desenvolvimento, (SIDS) devem ser bem avaliados e implementados com uma visão estratégica *real* do futuro.

- O Ordenamento do Território, enquanto opção racional para a Gestão Ambiental: em Cabo Verde, deve integrar a estratégia de conservação dos RN no desenvolvimento nacional, através do ordenamento do território, mas concretamente através da avaliação dos ecossistemas, dos estudos ambientais e de mecanismo para decidir sobre o ordenamento do território com base as avaliações e os estudos.

- A escolha das opções de desenvolvimento e gestão do território deve ser do conhecimento do público para que essas opções políticas sejam tomadas de forma consensual e participativa. Sendo a gestão ambiental, uma questão estratégica e de longo prazo, a Sociedade Cabo-Verdiana, no seu todo, deveria ter tempo e oportunidade para examinar as informações e opções e poder influir nas decisões.

Concluiu-se ainda que as possíveis linhas de acção convergentes deveriam integrar:

- Reforço das capacidades do Ponto Focal, enquadramento dentro das convenções (cooperação, coordenação e planificação integrada visando sinergias, elaboração de relatórios)
- Reforço das capacidades para o Ordenamento do território e construção das sinergias necessárias para a sua implementação
- Reforço das capacidades institucionais para a coordenação, sinergias e implementação das três convenções
- Investigação, monitorização e observatórios
- Gestão da informação e do conhecimento
- Controlo e erradicação de espécies invasoras (flora invasiva, controlo da introdução de espécies exóticas através da aquacultura)
- A gestão Integrada da BD e RN
 - A gestão integrada das áreas Protegidas
 - A Gestão Integrada das Zonas Costeiras
- Inventariação, revisão e reforço, adaptação e desenvolvimento do quadro legal das convenções e acordos multilaterais
- Mecanismos de coordenação da gestão ambiental
- Educação, informação e comunicação ambiental no âmbito das três convenções e da gestão ambiental global
- Estratégia nacional de captação de fundos para a gestão ambiental

Como Prioridades propõe-se

- Sustentabilidade institucional para a gestão ambiental (reforço das *instituições estratégicas* (Administrativa, organizativa e financeira)
- A gestão integrada da BD, dos recursos naturais (gestão integrada das AMP, gestão integrada da zona costeira, recursos agrícolas) (solos, ar, BD, clima)
- Estratégia nacional IEC para o ambiente (CCD, CCD, CD)
- O ordenamento do território (SIA, EIA, SSQA, SGA Empresarial)
- Reforço das capacidades dos actores da gestão ambiental local através de uma estratégia de ABORDAGEM PARTICIPATIVA
- Investigação, monitorização e observatórios para a CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTAVEL DA BD

Recomendações

- Um desenvolvimento rígido e pouco influenciado por considerações ecológicas, não permita tirar o maior proveito dos recursos e meios disponíveis. Ele pode causar danos ecológicos irreversíveis e desencadear crises económicas e sociais. A integração destas considerações ecológicas em todas as etapas do desenvolvimento, desde a elaboração inicial das políticas até aplicação final, é a via mais segura e eficaz para evitar problemas de dimensão nacional e não só.

- É necessário optar para políticas ambientais de carácter antecipado e para uma política de conservação da natureza multi sectorial.

- Em Cabo Verde, deve se tomar em conta os custos ecológicos de qualquer acção de desenvolvimento. É determinante integrar este custo e interligar as acções relacionadas por exemplo com a segurança ecológica e o desenvolvimento urbano e rural. O desenvolvimento rural deve ser baseado na conservação dos RN, adoptando o princípio *da restauração e compensação* e introduzindo os métodos tradicionais de gestão dos recursos que devem ser reutilizados na sua forma original ou com alterações e aproveitamento das técnicas modernas.

- A estratégia adoptada por Cabo Verde deve estar em sintonia com os ODM, nomeadamente, no seu Objectivo 7 – *Assegurar / Garantir a sustentabilidade ambiental*; e Meta 9 : *Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a tendência de perda de recursos ambientais*.

- Cabo Verde enquanto **SIDS** (*Small Island Development State*), tendo acesso ao *Multilateral Environmental Agreements (MEA)*, e como membro da *AOSIS (Aliança dos Pequenos Estados Insulares)*, deve aproveitar as oportunidades relativamente aos recursos financeiros, desenvolvimento científico e transferência de tecnologia.

- Concernentes as questões intersectoriais e sinergias entre as Convenções, **e tendo em conta o estatuto de Cabo Verde enquanto SIDS**, os temas seguintes deverão ser entregados numa estratégia mais ampla:

- *Ciências para o desenvolvimento e transferência de tecnologias*

- Privilegiar a difusão e utilização de tecnologias capazes de reforçar a resiliência de Cabo Verde, vulnerável do ponto de visto económico, ecológico e social;
 - Facilitar o acesso as licenças de exploração de sistemas tecnológicos através de mecanismos tais como os bancos de desenvolvimento regionais;
 - Fornecer um apoio e uma assistência técnica a Cabo Verde para fazer as escolhas tecnológicas críticas e fornecer as informações sobre as experiências conseguidas através de Redes especializadas;
 - Continuar a reforçar a cooperação científica e técnica Norte - Sul e Sul – Sul;
 - Encorajar a elaboração de programas apropriados apoiando os esforços nacionais e regionais que visam a implementação de capacidades científicas e técnicas em cabo Verde;
 - Fomentar a criação ou reforço de fundos de apoio a transferência e desenvolvimento de tecnologias para o benefício de Cabo Verde.
- *Reforço das capacidades para valorizar os recursos humanos e reforçar as instituições*
 - Investir nas formações apropriadas viradas para a gestão da água e dos resíduos, da energia, adaptação as mudanças climáticas e mitigação dos efeitos, gestão dos RN, gestão das catástrofes, cuidados de saúde, investimentos no comercio, turismo, agricultura, desenvolvimento dos produtos com de base os RN, envolvendo as ONG's, associações locais e colectividades locais.
 - Apoiar a Universidade e/ou grupo de Instituições de Investigação para o Desenvolvimento, o sector privado, as redes de organizações não governamentais, em cabo Verde, para o reforço e melhor utilização dos recursos intelectuais disponíveis no domínios das MC, energia, gestão integrado das ilhas, desenvolvimento durável, direito internacional, cooperação internacional e competências em matéria de negociações.
 - Aumentar as capacidades de fiscalização do estado do ambiente, da economia e instituições sociais e culturais de Cabo Verde, afim de definir e elaborar mais afrente as prioridades nacionais e de cumprir as suas obrigações internacionais.
- *Acesso aos recursos financeiros*
 - A comunidade internacional deve apoiar o desenvolvimento durável de Cabo Verde fornecendo os recursos financeiros, nomeadamente garantido o acesso aos fundos e mecanismos financeiros existentes tais como os programas operacionais pertinentes do FAM (GEF) e outras instituições financeiras regionais e/ou internacionais.
- *Governança nacional para o clima favorável ao desenvolvimento durável*

- Mobilizar os recursos nacionais e internacionais para atingir os objectivos desenvolvimento durável (DD);
- Elaborar estratégias nacionais e sectoriais para o Ambiente e DD, focalizando a redução da pobreza, conservação dos RN e adaptação as MC;
- Melhorar as estruturas legislativas, administrativas e institucionais
- Promover um clima propício para o investimento do sector privado nas tecnologias e desenvolvimento;
- Associar no DD e na gestão ambiental global todos os actores do sector privado;
- Encorajar as parcerias entre sector público e sector privado

Bibliografia

- Governo de Cabo Verde**, Constituição da República de Cabo Verde, 1994
- Governo de Cabo Verde**, Programa do Governo da VI Legislatura, 2001-2005
- Governo de Cabo Verde**, Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005
- SEPA**, Inventário da emissão de gases com efeito de estufa , 1995
- INIDA**, Primeira Lista vermelha de Cabo Verde, 1999
- United Nations** - *Is a special treatment of Small Island developing States possible?* (United Nations Conference on Trade and Development), 2004
- UNDP** – Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2006 – A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água, 2006
- UNCTD** -“Developing Productive Capacities. The least Development Countries – Report 2006.
- MFDR – (Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional), Cabo Verde** - Crescimento, Emprego, Rendimentos e Pobreza em Cabo Verde (elementos de análise), 2004; Crescimento, Emprego, e Políticas de Redução da Pobreza em Cabo Verde, 2004; Actividades Económicas das Populações Rurais e o seu Acesso à Terra, 2004
- MNEC / MFAP – Cabo Verde** - Rapport sur la réunion de Présentation de la Stratégie de sortie en douceur du Cap Vert de la catégorie de PMA. Praia, 30 – 31 Mai 2006.
- Oliveira Santos J.F.** - Gestão Ambiental, INUAF – Instituto Superior Dom Afonso III, 2005.
- UNDP**- The Sustainable Difference – Energy and Environment to achieve the MDGs, 2005.
- MFP (Ministério das Finanças e Planeamento), Cabo Verde** – Documento de estratégia de crescimento e redução da pobreza (DECRP), 2004.
- FAO, Projecto FAO/TCP/CVI3002** - Ateliers Regionais: Apoio à revisão da legislação e à reforma das Instituições da administração fundiária – Síntese das questões suscitadas em torno das terras, propostas de solução, 2006.
- GOCV- NU, 2004** - Rapport OMD – CV : une évaluation des efforts accomplis
- DGASP / MCA-CV** - Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola e Redução da Pobreza,, 2005

FEM, PNUD, PNUE - Kit des Ressources pour l'Auto-Evaluation des Capacités à Renforcer – ANCR-GEM - Programme Mondial d'Appui au Renforcement des Capacités, Septembre 2005.

GRI, Programa para um melhor aplicação da Agenda 21. 1997

INE, Recenseamento Geral da População e Habitação. 2001

INGRH, Política Nacional de Saneamento Proposta, 2002.

INIDA, Estudo 1 Biodiversidade Terrestre 1998.

MAAA, Plano Director de Irrigação, 1997.

MIT, I Fórum Nacional do Ordenamento do Território. 2001.

INDP - Programa Nacional de Investigação e Conservação da Biodiversidade Marinha – PNIBDM, 2000.

SEPA, Quadro Político, Legislativo e dos Recursos Humanos Afectos à Área das Mudanças Climáticas - 1998

SEPA, Comunicação Nacional Mudanças Climáticas , 1999

SEPA, Convenção sobre Mudanças Climáticas , 1998

SEPA, Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre Mudanças Climáticas, 2000

SEPA, Inventário da Emissão de Gases com Efeito de Estufa , 1998

SEPA, Inventário da Emissão de Gases com Efeito de Estufa em Cabo Verde - Sector Não Energético, 1998

SEPA, Inventário da Emissão de Gases com Efeito de Estufa em Cabo Verde - Sector Energético, 1998

SEPA, Inventário Nacional das Emissões de Gases com Efeito de Estufa - Sector da Agricultura, 1998

SEPA, Inventário Nacional das Emissões de Gases com Efeito de Estufa - Sector das Florestas, 1998

SEPA, Inventário das Emissões de Gases com Efeito de Estufa em Cabo Verde- Resíduos, 1998

SEPA, Análise de vulnerabilidade e adaptação da agricultura face as Mudanças Climáticas, 1999

SEPA, Análise de vulnerabilidade e adaptação das zonas costeiras face as Mudanças Climáticas, 1999

SEPA, Análise de vulnerabilidade e adaptação dos recursos hídricos face as Mudanças Climáticas, 1999

SEPA, Estimativa da emissão e captação do CO₂ – Sector florestal, SEPA-1999

SEPA, Análise de vulnerabilidade e adaptação das florestas face as Mudanças Climáticas, 1999

SEPA, Observação Sistemática - Organização do Sistema de Recolha de Dados, das Telecomunicações e da Investigação Climática, 2001;

SEPA, Mecanismos de Adaptação às Mudanças Climáticas - Programa de investigação e transferência de tecnologia, 2001;

SEPA, Análise de vulnerabilidade e adaptação da agricultura face as Mudanças Climáticas, SEPA-1999

SEPA, Observação sistemáticas Organização do sistema de recolha de dados das telecomunicações e da investigação climática, 2001

SEPA, Energia, Ambiente e Desenvolvimento em Cabo Verde – Mecanismos de adaptação e Desenvolvimento de Tecnologias num quadro de um Sistema Nacional de Inovação, 2001

DGA, Perfil ambiental de Cabo Verde, 2004

INDP/SEPA - Estudo: A diversidade biológica marinha de Cabo Verde: Análise e hierarquização das pressões humanas sobre a diversidade biológica marinha e identificação das prioridades para sua conservação e utilização sustentável, 1999.

SEPA , Estratégia e Plano de Acção Sobre a Biodiversidade - ENPA-DB,1999.

Anibal Delgado Medina, Maria Helena Santa Rita Vieira e Patrício Querido Varela - II Relatório sobre o estado da Biodiversidade em Cabo Verde, DGA, 2002.

Leão Carvalho e Sonia Araújo - III Relatório sobre o estado da Biodiversidade em Cabo Verde, DGA, 2006.

SEPA - Estudo da Biodiversidade Terrestre, 1999.

INDP/SEPA - Estudo da Biodiversidade Marinha, 1999.

NCSA – GEM SEYCHELLES - Strategic Overview of obligations under the Convention on Biological Diversity, June 2004.

MAAP-CV, PNUD-GEF, GTZ - Plantas endémicas e arvores indígenas de Cabo Verde, 2003.

GOCV, PNUD/UNSO - Documents du Projet d'Appui à la Mise en oeuvre de la CCD et du PAN-LCD, Phases II et II, Octobre 1995 et Septembre 1999.

SEPA - Plano de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação (PAN -LCD), 2000.

Presidência do Conselho dos Ministros – SEPA - Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação nos países gravemente afectados pela seca e/ou

pela desertificação particularmente em Africa. (Tradução em língua Portuguesa do MPAAR / SEPA) Praia, Março 1995.

SP-CCD, IFAD, PNUA - Centro para o Nosso Futuro Comum - Prioridade à Terra : Guia simplificado para a Convenção de Luta contra a Desertificação, Junho 1995.

MAAA-CV / SEPA - Guia Metodológico de implementação dos projectos de luta contra a desertificação em Cabo Verde, 2000.

SEPA / MAAA - Mise en oeuvre de la Convention Internationale de Lutte contre la Désertification au Cap Vert (Deuxième Conférence des Parties – Dakar, 30 novembre – 11 décembre 1998)

SEPA/ MAAA - Relatório Nacional sobre a implementação da Convenção Internacional de Luta Contra a Desertificação (CoP- Recife, 15-26 de Novembro de 1999) ; Rapport National sur la mise en oeuvre de la Convention Internationale de Lutte contre la Désertification (Juin 1999)

DGA / MAP - Relatório Nacional da Implementação da Convenção Internacional da Luta contra a Desertificação - Praia, Abril 2002

DGA / MAAP - III Rapport National – Mise en oeuvre de la Convention des Nations Unies de Lutte contre la Désertification, Praia, Décembre 2004.

UNCCD - Les Connaissances traditionnelles, Rapport du Groupe spécial, Conférence des Parties, CST, Recife, 16-18 Novembre 1999.

Patrício Varela, Yaya Konaté - Avaliação do Impacto das Micro-Realizações MAP / DGA – Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – LCD, Julho 2002.

Eddy De Laethauwer - Rapport de Mission sur l’Inventaire de l’information existante sur la problématique de la lutte contre la désertification au Cap Vert y inclus les techniques traditionnelles. PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAP / SEPA, Junho de 2001

Eddy De Laethauwer - Rapport de Mission sur le Système de suivi et évaluation des projets-pilotes (Première Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA / SEPA, Julho de 2000

Eddy De Laethauwer - Rapport de Mission sur le Système de suivi et évaluation des projets-pilotes (Deuxième Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA / SEPA, Novembro de 2000.

Eddy De Laethauwer - Manual de utilização (1º Versão), Sistema de seguimento e avaliação dos projectos-pilotos (Deuxième Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA / SEPA, Novembro de 2000.

Maria Luísa Lobo e Jacques de Pina Tavares - Actividades de Luta contra a Desertificação diagnosticadas no PAN-LCD por Bacias Hidrográficas e/ou Grupo de Bacias, MAAA/SEPA, Maio de 1999.

Câmara Municipal de S. Miguel, SEPA/MAAA - Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD - PNUD/UNSO/CVI/99/X01; Novembro de 1997.

Câmara Municipal de S. Catarina, SEPA/MAAA - Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD - PNUD/UNSO/CVI/99/X01. Novembro de 1997.

Câmara Municipal de S. Cruz, SEPA/MAAA - Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD - PNUD/UNSO/CVI/99/X01. Novembro de 1997.

Maria Luísa Lobo Lima - Relatório de Missão: Conferencia Preparatória da Primeira Reunião do CRIC, Windoek, Namibia, 15-19 de Julho de 2002. MAP / DGA

Maria Luísa Lobo Lima - Relatório de Missão: Conferencia Regional Africana Preparatória da COP4/CCD, Argel, Argélia, 22-24 de Outubro de 2000. MAAA / SEPA.

MAP / SEPA - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/99/XOI – Appui à la mise en oeuvre de la CCD, Phase II, Réunion Tripartite, Juillet 2001

MAAA/SEPA - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/99/002 – Appui préliminaire du PNUD à la Protection de l’Environnement – DAP, CVI/99/002, Janvier 2000 – Décembre 2000.

MAAA/SEPA - Document de Synthèse de certaines activités réalisées en 1999 par le Projet PNUD/UNSO-SEPA-CVI/99/XOI, Mise en oeuvre de la CCD, PAN-LCD, Mai 2000.

MAAA / SEPA - Rapport Final du Projet PNUD-UNSO-CVI/95/XOI-CCD, Junho 1999

MAAA / SEPA - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/95/XOI – Appui à la mise en oeuvre de la CCD; Octobre 1995 – Octobre 1998.

Cissé Mamadou - Intégration des questions nationales relatives à l’environnement dans les conventions internationales. ANCR-GEM / PNUD-FEM, Mars 2005.

Kouassi Kouadio Clément - Besoins et priorités de la Cote d’Ivoire en matière de renforcement des capacités dans le domaine de la désertification / dégradation des terres, Mars 2005

NCSA – GEM SEYCHELLES - Strategic Overview of obligations under the Convention to Combat Desertification, June 2004.

SEPA - Estratégia Nacional e Plano de Acção para o Combate as Mudanças Climáticas (CCC),

MAP / DGA – Projecto CVI/97/G33-FMA/PNUD - Material de sensibilização e informações sobre Mudanças Climáticas, Agosto 2002

MAAA / SEPA - Inventario das emissões dos gases com efeito de estufa em Cabo Verde, 1995.

UNDP, MAA/ INMG -Enabling activities for the preparation of Cape Verde second national communication to the UNFCCC, 2006.

MAAP / DGA - Documento de Síntese do PANA II , 2004 - 2014

MAAP / DGA - Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, 2004.

MAAP / DGA - PANA Estratégico, 2002

GEP/ MAP - Plano de Acção Nacional para o Ambiente –PANA II (estruturante) , 2004-2014
GEP/ MAP - Planos Ambientais Intersectoriais –PAIS (9), 2004.

GEP/ MAP - Planos Ambientais Municipais –PAM (17), 2004.

Terreiro Almeida, Teresa Paula, Mecilde Tavares, Oksana Tariche e Auxilia Correia - Estudo Plano Nacional de Gestão Pesqueira, DGA/DGP/INDP, 2004.

José Maria Semedo e Samuel Gomes. - Estudo de Impacto Ambiental da Apanha de Areia em Cabo Verde, DGA, 2004

Miguel António Ramos - Estudo temático “Legislação, regulamentação e instrumentos de fiscalização no sector ambiental”, PANA II, MAAP – GEP,2003

Aníbal Medina e Dário Évora - Estudo de Base Sobre o Sistema Nacional de Seguimento da Qualidade Ambiental –SSQA em Cabo Verde, DGA, 2003.

MAP/GEP, Leão Carvalho, Margarida Santos Varela, Jan Van Dijk, Maria da Cruz Gomes Soares, Luísa Oliveira - Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, 2004.

MAAP/GEP, Paulo E. P. Ferreira e David M. F. Carvalho - Métodos alternativos de controlo e limitação da utilização de areia na construção civil e obras públicas, 2004.

MAP/GEP, Edna Duarte Lopes e Júlia Alves - Estudo de base impacto do PANA II sobre género e pobreza, 2004.

MAP/GEP, Edgar Pinto, Ben Van Baren - Analise e desenvolvimento institucional do sector de ambiente em Cabo Verde, 2004.

Arlinda Duarte Neves e Luísa Lomba Morais - Estudo sobre tipos de actividades rurais e a degradação ambiental, MAAA / SEPA, Cooperação Francesa, MORABI, Julho de 1997.

CESE e ASSOCIADOS, estudos e consultoria Lda. - Estudo de impacte ambiental da Aldeia Turística Aldeias de Salamansa (São Vicente), 2004.

Programa Integrado de Desenvolvimento Agrícola e Redução da Pobreza na Bacia Hidrográfica do Paul - Estudo de impactes ambientais, 2006.

OSS - Observatoire du Sahara et du Sahel - Le Foncier et la gestion des ressources naturelles dans les zones arides et semi-arides d’Afrique du Nord (Compte rendu des

débats et des recommandations de l'atelier sous-régional, Tunis, 20-22 Mai 1996),
Octobre 1996.

MAA/ DGA - II relatório, Implementação do Sistema de informação geográfica para a gestão da Áreas Protegidas de Serra Malagueta (ilha de Santiago) e Monte Gordo (ilha de São Nicolau), 2005.

DGA, PNUD e Maria do Rosário Partidário - Relatório do curso de formação sobre avaliação estratégica de impactes realizado na cidade da Praia, 7-11 Outubro de 2002

João Francisco Caíres e Associados - Plano estratégico para o desenvolvimento turístico da ilha do Maio, 2004.

MAP, SEPA, PNUD Projecto CVI/00/G41, Biodiversidade - Relatório atelier nacional para a criação e gestão participativa das áreas protegidas, 2001.

MAAP - Relatório do Plano de Área de Irrigação da Barragem de Poilão, Santiago, Cabo Verde.

Publicações PNUE - Les Femmes et l'Environnement, 2004.

Maria Cristina Reis Lima Duarte - Tese Doutoramento, Vegetação de Santiago, apontamento histórico, composição florística e interpretação ecológica das comunidades, 1998.

José Maria Semedo e Arlinda Neves - Relatório Nacional para a Cimeira do Desenvolvimento Durável em Joanesburgo, 2002.

Luísa Borges e Raquel Medina, em elaboração - Protocolo de Cartagena:
INVENTÁRIO E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL EXISTENTE RELACIONADA COM A BIOTECNOLOGIA E BIOSSEGURANÇA NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE CARTAGENA.

Projecto FAO/TCP/CVI/3002 - Ateliers Regionais : Apoio à revisão da legislação e da reforma das instituições da administração fundiária – Síntese das questões suscitadas em torno das terras – Propostas de solução, Junho 2006.

Nations Unies - Rapport de la Réunion internationale chargée d'examiner la mise en oeuvre du Programme d'action pour le Développement Durable des petits Etats Insulaires en développement, Port-Louis (Maurice), 10-14 Janvier 2005.

UICN, PNUE, WWF - Stratégie Mondiale de la Conservation, 1980.

UICN-BRAO, GWP-WAWP, CILSS – Eau, Changement Climatique et Désertification en Afrique de l'Ouest : Stratégie Régionale de Préparation et d'Adaptation, Ougadougou, Octobre 2003.

MAAP / DGA - Perfil ambiental de Cabo Verde, 2004.

Governo de Cabo Verde e ONU - Relatório do Governo de Cabo Verde sobre a implementação dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, 2004.

Governo de Cabo Verde - O Plano Nacional de Desenvolvimento e as Grandes Opções do Plano 2000-2006.

Ministério das Finanças e Planeamento (MFP) - Documento de estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP), 2004.

PNUD, GEF, PNUE - Projecto Autoavaliação Nacional de Capacidades para a Gestão Ambiental Global (NCSA), 2004.

Governo de Cabo Verde e WWF - Projecto Conservação Marinha e Costeira de Cabo Verde, 2005.

Ministério e Recursos Naturais de Portugal - Plano Nacional da política de ambiente de Portugal, 1995.

Secretaria de Estado dos RN, Energia e Industria, DGA - Plano Nacional de Gestão Ambiental de Guiné-Bissau, 2004.

Cap Vert – Communauté Européenne - Document de Stratégie de coopération pour la période 2001 – 2007.

Nações Unidas – Cabo Verde - Plano Quadro das Nações Unidas para a Ajuda ao Desenvolvimento – Setembro de 2002.

PNUD - CAP VERT – Rapport Annuel 2002

MAAP – Cabo Verde - Estratégias para o desenvolvimento rural – horizonte 2015 e Plano de acção 2005-2008.

DGASP/ MCA, Cabo Verde - Programa Integrado para o desenvolvimento agrícola e redução da pobreza; Março de 2005.

WWF, WCPA, IUCN, 2001. The Status of Natural Resources on the high sea,

UNEP. The Millennium Ecosystem Assessment

UNEP-CBD. As resoluções e acordos das Conferencias das partes (COPs)

UNEP, UN, CBD, 2006. Handbook on Biological diversity

RAMAO do PRCM, de Reforço dos novos esforços de criação de AMP em Africa do Oeste, 2004.

PRCM, Programa Regional para a Gestão do Ambiente Marinho e Costeiro de Africa Ocidental (PRCM) 2003

PRCM, Estratégia de Áreas Marinhas Protegidas da Africa Ocidental 2003.

WWF/PRCM, Estratégia Regional para a Conservação das Tartarugas Marinhas,

TOMAO, 2000

CDs consultados

Suivi – Evaluation (Monitoring – Evaluation) : Indicateurs d’impact et de mise en œuvre des PAN-LCD – Concepts et expériences en Afrique, Asie et Amérique

Latine – OSS, CILSS, SE/CCD, GTZ - 5^{ème} COP / CCD – Genève, Octobre 2001.

Lutte contre la désertification dans les projets de développement – CSFD – Groupe AFD. Mai 2002.

Combating Desertification – BMZ, German Development Cooperation Projects to Combat Desertification, 2003.

Sommet Mondial pour le Développement Durable – Johannesburg – Afrique du Sud, 2002.

Documentation Technique de la JGRC : Générer l’Abondance dans le Sahel par la lutte contre la désertification, mars 2001.

UNESCO-MAB, BMZ, Zones Arides et Désertification, Institut du Sahel, OSS, 2001

Lutte contre la Désertification : conservation et développement des ressources des terres arides, FAO, 1998

INTERNET- sítios interessantes

www.UNCCD.org

www.sia.cv

www.millenniumassessment.org

www.ine.cv

www.unccd.org

www.sia.cv

www.millenniumassessment.org

www.ine.cv

<http://www.conservation.org/>

<http://www.ecotour.org/>

<http://www.world-tourism.org/>

<http://www.uneptie.org/>

<http://www.newtourism.com/>

<http://www.conservation.org/>

<http://www.biodiv.org>